



Assembleia Municipal de Sesimbra

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SESIMBRA DE JUNHO, REALIZADA NO 23 DE JUNHO DE 2022

-----Aos vinte e três dias do mês de junho de 2022, no Auditório Conde Ferreira, em Sesimbra, realizou-se pelas vinte e uma horas, a segunda reunião da sessão ordinária de junho da Assembleia Municipal de Sesimbra (AMS), sob a presidência do Sr. João Francisco da Conceição Ribeiro Narciso, e secretariada pelos Srs. Álvaro Manuel de Aguiar Monteiro e Sónia Patrícia Narciso Faria Lopes, Primeiro e Segundo-secretários, respetivamente, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

-----2. Apreciação da Atividade Municipal.-----

-----Feita a chamada verificaram-se as seguintes presenças: -----

----- Pelo Grupo Municipal da CDU - João Francisco da Conceição Ribeiro Narciso, Vitor Ribeiro Antunes, Sandra Marília Martins Rodrigues de Carvalho, Rui João Graça Rodrigues, Paula Alexandra Cacela da Conceição Graça Rodrigues, Álvaro Manuel de Aguiar Monteiro, Sónia Patrícia Narciso Faria Lopes, Pedro Miguel Pinto Mendes;-----

-----Pelo Grupo Municipal do PS – Sérgio Miguel Redondo Faias, Pedro Miguel dos Santos Mesquita, Luisa margarida Cagica Carvalho, Ricardo Alves Mendes, Cláudia Sofia Durand Cocharra Gorjão Mata, Paulo do Carmo de Sá Caetano e Andredina Gomes Cardoso.-----

-----Pelo Grupo Municipal do Chega – Maria Madalena Cartaxo Serra e Silvia Marina Melo Montanha.

-----Pelo Grupo Municipal do Partido Social Democrata (PPD/PSD) – Germano Óscar Amorim de Barros e Miguel Tomás Cristóvão Nunes -----

-----Pelo Grupo Municipal do BE- Carlos Alexandre Pinto de Oliveira Macedo. -----

-----Pelo Grupo Municipal do MSU – João Miguel Mateus Castanho. -----

-----Compareceram ainda, a Presidente da Junta de Freguesia de Santiago, Laura Maria Pinto Correia, o substituto da Presidente da Junta de Freguesia do Castelo, Ricardo Jorge Marques Dias, e o Presidente da Junta de Freguesia da Quinta do Conde, Carlos Alberto Pólvora dos Anjos Cruz. -----

-----Comprovada a existência de quórum, 24 presenças, o **Presidente da Assembleia Municipal** declarou aberta a reunião eram vinte e uma horas e trinta minutos. -----

-----Verificaram-se ainda as presenças do Presidente da Câmara Municipal de Sesimbra (CMS), Francisco Manuel Firmino de Jesus, e dos Vereadores Nelson Carlos Simplício Pólvora, Alfredo Miguel Pires Fernandes e Márcio António de Sousa Oliveira.-----

Ata nº 14 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----**O Presidente da AMS** começou por cumprimentar todos os presentes bem como o público que assistia à transmissão em direto, a partir de casa, e justificou em seguida a ausência, no Grupo Municipal da CDU, da Presidente da Junta de Freguesia do Castelo que se fazia substituir pelo vogal da Junta, Ricardo Jorge Marques Dias. -----

----- Justificou depois no Grupo Municipal do PSD a ausência do Deputado Carlos Filipe Pereira de Oliveira, que era substituído pelo Deputado Miguel Tomás Cristóvão Nunes. -----

-----Lembrou que a presente reunião era a continuação da sessão iniciada no dia 17 de junho, declarando de imediato aberto o **Período de Intervenção Aberta aos Cidadãos**. -----

-----Informou que recebera a inscrição do Múncipe Silvestre Carambola para intervir sobre o insuficiente número de contentores do lixo na Rua do Bem Estar, na Lagoa de Albufeira. -----

-----Tomando o uso da palavra, **o Múncipe** iniciou por cumprimentar todos os presentes e disse que o que o levava à AMS era um assunto de particular importância, concretamente e nomeadamente para os múnicipes da zona da Lagoa de Albufeira.-----

-----Era indescritível como uma situação daquelas podia acontecer, porque na verdade, na rua onde morava que tinha cerca de 700 m, existiam 2 caixotes do lixo no início da rua e outro no final da rua.-----

----- Morava a meio da rua e como ele, que tinha 72 anos, existia muita gente, e tinha consigo um abaixo-assinado que fazia intenção de entregar em mão ao Sr. Presidente da Câmara com cerca de 50 assinaturas de todos os cidadãos moradores na mesma rua.-----

-----Morava na rua há cerca de 1 ano e tinham-lhe transmitido que a AUGI a que a rua pertencia pagara ao município, em dinheiro, antes de fechar a sua atividade, cerca de 23 contentores de lixo para serem distribuídos pela AUGI. -----

-----Ora os 23 contentores resumiam-se a 3.-----

-----Era uma situação inconcebível. Não podia ir do meio da rua, levar um ou 2 sacos do lixo e fazer cerca 350 metros com lixo às costas e depois percorrer os outros 350, que até fazia bem, até a casa. -----

-----Todo e qualquer cidadão, pagava na conta da água a recolha do lixo, e ele tinha de levar o lixo para ser recolhido.-----

-----Não sabia quem iria resolver a situação, mas presumia que fosse a Câmara Municipal, e queria ver a situação resolvida o mais brevemente possível. Presumia que a Lagoa de Albufeira fosse a filha madrasta porque era uma situação que não devia acontecer no Concelho de Sesimbra. -----

-----Interveio em seguida **o Presidente da CMS** que depois de cumprimentar todos os presentes e quem assistia a partir das suas casas, justificou a impossibilidade da presença de alguns elementos do executivo

Ata nº 14 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

por motivos diversos, férias e alguns problemas.-----

----- Respondendo depois ao Município disse que registara o descontentamento do Professor Silvestre e disse que desconhecia se existia algum motivo especial para aquela situação, assim como desconhecia que alguma vez os moradores tivessem colocado a questão à Câmara Municipal, do ponto de vista formal, mas iria indagar para perceber se efetivamente existia algum motivo especial, para que num arruamento com um conjunto de habitações, aparentemente de residência permanente, existisse um distanciamento grande na mesma rua. Aparentemente, a não ser que fossem feitos por trajetos diferentes, não existia nenhum motivo para não haver um contentor a meio. -----

-----O Município colocara a questão com toda a elevação naquilo que era também uma prática de cidadania que devia ser feita por todos os municípios do Concelho de Sesimbra. -----

-----Quis depois dar uma nota de alguma retificação sobre o que era chamada de fatura da água. Não existia a fatura de água, mas sim uma fatura de serviços urbanos que tinha 3 serviços, água, saneamento e resíduos, e que atualmente, a parte respeitante aos resíduos, que era o lixo, independentemente das circunstâncias que o Professor Silvestre colocara sobre o seu descontentamento na sua questão particular, a parte relativa aos resíduos era, neste momento, a operação mais onerosa para o Município e era aquela que deveria ter refletido também na fatura de serviços urbanos, a respetiva recuperação de custos.-----

----- Acrescentou que o serviço de águas era um serviço totalmente internalizado na Câmara Municipal de Sesimbra, o serviço de saneamento tinha um serviço em baixa da Câmara Municipal e tinha um serviço em alta da SIMARSUL, e o serviço de recolha do lixo e tratamento do lixo, tinha também um serviço em baixa do município e um serviço em alta da AMARSUL. -----

-----O último serviço era, de todos, o mais caro para o Município de Sesimbra e era o que neste momento tinha a recuperação de custos inferior nas contas que o Município reportara à AERSAR no final do ano 2021, e reportava 70% de recuperação de custos e até com questões, como era do conhecimento da Assembleia, que podiam imputar ao município a impossibilidade de recorrer a fundos comunitários por não ter, de acordo com a lei, uma recuperação superior a 90%. -----

-----A segunda nota era sobre a questão da Lagoa de Albufeira e da filha madrasta. Na sua opinião não via de todo que a Lagoa de Albufeira o fosse. Era verdade que existia uma parte significativa do investimento que era feito por recurso às comissões de administração de todos os proprietários das respetivas AUGI's, mas a Lagoa de Albufeira era, não apenas no município de Sesimbra, mas até nacionalmente reconhecida, como um dos maiores exemplos de reabilitação urbana e de melhor qualidade de vida que existia por via dessa reabilitação. Estava a falar de um território que era exclusivamente área

Ata nº 14 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

urbana de génese ilegal e ele, que ia muitas vezes à Lagoa de Albufeira, e ia também a outras localidades do Concelho, podia garantir que não existia nenhum tratamento diferenciado entre aquilo que era a Lagoa de Albufeira e aquilo que eram as outras localidades. Aliás podia afirmar que a Lagoa de Albufeira tinha passeios, arruamentos, espaços verdes, com um protocolo com uma instituição local para tratamento dos espaços verdes, que muitas vezes, por dificuldades do Município, não estava replicada noutras aldeias e noutras localidades do Concelho, como gostaria. -----

-----Era verdade que existia muito trabalho para fazer ao nível do Concelho e do espaço público, mas na sua opinião não era verdade que a Lagoa de Albufeira, naquele contexto, fosse mais prejudicada relativamente ao resto do Concelho, porque efetivamente, aquilo que se apercebia era que a qualidade de vida dos seus moradores acabava por ser uma mais valia porque notava isso, até por uma questão muito pragmática, que era sobretudo a especulação imobiliária dos valores dos imóveis daquela localidade.----

-----Disse depois que se existia um abaixo-assinado, era uma referência para o problema, e o Município não poderia deixar passar em branco, e seria visto, obviamente, pelos serviços. -----

-----Acrescentou que a questão poderia passar por ter existido, no arruamento, um espaço significativo de vivendas ou de moradias que não estivessem a ser habitáveis.-----

-----Disse que de acordo com a informação do Vereador Miguel Fernandes, se os 23 contentores existiam, de certeza, que estavam repartidos pela AUGI e, podiam era não ser no mesmo arruamento. --

-----Usando da palavra o **Vereador Migueles Fernandes**, após cumprimentar todos os presentes, referiu que pelo aquilo que percebera, o espaço já estava reconvertido, ou seja, já não era AUGI e já estava loteado e provavelmente seria por essa razão.-----

----- Sobre os 23 contentores esclareceu que quando existia um processo de urbanização, o que acontecia era que a verba era paga para aquisição direta dos contentores que ficavam sob o registo direto da AUGI e eram entregues aos serviços da autarquia para depois serem distribuídos, e isso estava no mapa de receção definitiva das obras.-----

-----Quando se verificara a finalização do processo de urbanização da AUGI, admitia que à priori, os contentores estariam fisicamente colocados na AUGI. O que poderia eventualmente ter acontecido, como o Presidente da CMS referira, era que o mapeamento dos lotes que estavam habitados naquele momento, tivesse levado a que a distribuição dos contentores fosse a que estava atualmente, assim, seria uma questão a aferir com os serviços. -----

-----Se efetivamente os contentores tinham sido adquiridos, eles existiam, portanto, eles estavam disponíveis para servir o espaço que fora AUGI e que atualmente estava loteado.-----

Ata nº 14 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

----- **O Presidente da AMS** agradeceu também a presença, a sinalização e o espírito de cidadania que conhecia desde há muitos anos no Professor Silvestre. -----

-----Findo o Período de Intervenção Aberto aos Cidadãos, **o Presidente da AMS** declarou aberto o **Período da Ordem do Dia (continuação), dando início ao ponto 2: Apreciação da Atividade Municipal.**

-----Lembrou que vinha sendo prática adotar um sistema de 10 minutos por bancada para a colocação de questões ao executivo, numa primeira ronda. Depois um período de respostas e depois, se houvesse necessidade, de uma segunda ronda, então também a aferir e executar. -----

-----Quis no entanto, antes de prosseguir os trabalhos, de referir que na última reunião tinha ficado a dúvida se um documento no PAOD, apesar de ter a concordância do proponente, se deveria baixar à comissão para apreciação apenas porque o proponente concordava ou se tinha de merecer uma deliberação da AMS nesse sentido, e de facto, de acordo com Regimento, que ainda se encontrava em vigor, o seu artigo 35º número 9, estipulava o seguinte: -----

-----*“Os textos previstos nas alíneas e) e f) do n.º 1 só baixam às Comissões Permanentes competentes em razão da matéria, por deliberação da Assembleia e desde que os proponentes a tal não se oponham.”*

-----**A Deputada Cláudia Mata**, após cumprimentar os presentes disse que tinha quase a certeza que já baixara um ou dois documentos a Comissões sem deliberação.-----

-----O Presidente da AMS agradeceu o reparo e disse que iria aferir a situação.-----

-----Cedeu em seguida a palavra à **Deputada Sandra Carvalho**, a qual, após cumprimentar todos os presentes e a quem assistia a partir de casa, disse que tinha 2 questões breves a colocar, uma era se já existia mais alguma informação relativamente ao Posto da GNR para a Freguesia da Quinta do Conde. Um equipamento que muita falta fazia naquela freguesia. A outra questão prendia-se com o resultado da reunião com os diversos ministérios relativamente à descentralização de competências, solicitando o ponto de situação, e se existiam modificações, ou não, nas condições, e perceber se existia alguma evolução no sentido do processo ser o mais justo e equilibrado possível. -----

-----Interveio em seguida **o Deputado Germano Barros** que depois de cumprimentar os presentes, assim como quem assistia à reunião pelo canal Youtube da CMS, disse que a sua questão se prendia com a TML - Transportes Metropolitanos de Lisboa. Sesimbra, Seixal e Almada estavam inseridas no lote 3 e o arranque estava previsto para dia 1 de julho. Assistira à notícia que na parte norte, os lotes 1 e 2 iam ser adiados para 1 de janeiro de 2023. Assim queria confirmar perante aquele adiamento, se o lote 3 arrancava dia 1 de julho. -----

-----Gostaria também de saber se a SULFERTAGUS que era a concessionária da FERTAGUS que fazia o

Ata nº 14 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

transporte até às estações, se estava ou não incluída na concessão, assim como também gostaria de saber se a TML abrangia o transporte ferroviário, porque a FERTAGUS tinha uma concessão até final de 2024 que fora prorrogada pelo Estado, e se no futuro, a FERTAGUS, ou quem ganhasse a concessão em 2024, seria também integrada no âmbito da TML. -----

-----Na sua opinião seria bom que houvesse uma reunião, não diria uma sessão temática, mas provavelmente uma reunião de Comissão para falar com mais pormenor sobre a TML, os compromissos da autarquia, o instrumento financeiro e serviços, e as condicionantes. -----

-----Prosseguiu dizendo que no dia 26 de abril o Presidente da CMS tivera uma reunião com a EFIMÓVEIS sobre a situação da COTOVIAPARK e gostaria de saber do que se tratava, assim como também da eventual operação na Ribeiro do Marchante, na Quinta do Conde. -----

-----No dia 6 de maio o Presidente da CMS tivera uma reunião com o Presidente da ESTANAVAL sobre a reabilitação dos estaleiros e da possibilidade da instalação de uma ETAR, pelo que gostaria de saber também qual era o ponto de situação. -----

-----Interveio de seguida o **Deputado Carlos Macedo** que cumprimentou todos os presentes assim como assistia a partir de casa e começou a intervenção por fazer uma crítica à demora com que fora entregue a Informação da Atividade Municipal, porque como fora explicado pelo Presidente da AMS, a sessão fora dividida, mas a informação da atividade municipal chegara precisamente no dia em que se realizara a sessão, no dia 17 de junho. Apesar do período que se estava a debater ser apenas de um mês e meio, ainda assim, a extensão do documento merecia que tivesse sido entregue antecipadamente.-----

-----Era uma situação recorrente, mas convinha não deixar de lembrar porque era um documento extenso e se tivesse informações que seriam irrelevantes, acabaria por prejudicar também a análise, dando em seguida 2 exemplos, que nada acrescentava ao exercício da atividade municipal, como saber, por exemplo, que o Vereador Miguel Fernandes participara numa prova da ECORACE, ou que o Vereador Márcio gostava de Ana Bacalhau e fora a um concerto. Não lhe parecia que isso fosse relevante para constar da informação. -----

-----Na sua opinião existiam situações que deviam ser melhoradas. -----

-----Passando depois às questões, disse que viera a público uma representação do município no Festival Finisterra Brasil. A questão era perguntar a razão do enquadramento da participação nesse festival, até porque, consultando o plano estratégico de Turismo, não era o mercado alvo identificado. -----

-----Relativamente a reuniões, existia a identificação de uma reunião que pensava que fosse do Presidente da CMS sobre um projeto turístico, um investimento franco/turco, e pedia um breve ponto de

Ata nº 14 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

situação, se era algo que já estivesse no terreno, se era uma ideia de investimento, ou seja, perceber um pouco mais sobre o assunto. -----

----- Identificara também reuniões que tinham ocorrido com o Presidente da CMS e com o Vereador Nelson Pólvora com um Sr. chamado Ismael Duarte, onde também era referido investimentos, mas não especificava que tipo de investimentos, pelo que solicitava se podiam informar de forma mais concreta do que é que se tratava e o que é que poderia ter motivado aqueles pedidos de reunião.-----

----- Prosseguiu a sua intervenção dizendo que recebera uma resposta da CMS a um email que enviara sobre a realização do arraial da festa das Chagas e o concerto dos Kalema realizado no dia 30 de abril que tivera grande afluência e ficara com a ideia de que a capacidade de carga do espaço tinha sido largamente ultrapassada. Quando pedira o Plano de Segurança fora para perceber se no mesmo estava identificado alguma capacidade de carga ou se estava previsto uma forma de monitorização do número de pessoas e percebera que não estava. A questão era perceber se o executivo tinha tirado algumas ilações do ocorrido. Ele próprio tinha alguns relatos não completamente fidedignos, mas era importante perceber, se a CMS fizera algum balanço, e se estava a pensar de alguma forma para no futuro se poder evitar aqueles perigos.

-----Admitia que com a situação que se vivera com a pandemia, existia alguma ânsia das pessoas de participarem em eventos públicos, mas até por defesa do organizador e, neste caso, a autarquia, achava que se devia pensar para se evitar que no futuro, aquilo que este ano tinham sido casos laterais e sem grande importância, pudessem ser perigos para a segurança dos participantes nos eventos.-----

----- A outra questão que também queria colocar tinha a ver com o PDM e com o facto de no dia 24 de Março se ter realizado a primeira reunião da Comissão Consultiva, tendo sido apresentado a todas as comissões AMS, uns dias antes, o ponto de situação sobre o documento, que não seria o documento final, mas já seria muito próximo, e existiam algumas peças, nomeadamente as cartas de classificação de usos, que não tinham sido apresentadas e explicado porquê, e isso fora entendido, mas as Comissões foram informadas que depois da realização da reunião da Comissão Consultiva, essa informação seria difundida pelos deputados municipais, mas a verdade era que isso ainda não acontecera tendo perguntado porque razão. Acrescentou que já colocara essa questão.-----

-----Continuou a sua intervenção dizendo que na sequência de uma reunião sobre outros assuntos que que ele próprio tivera com representantes da pesca e com o comandante do Porto de Setúbal, já no momento final da reunião, levantara uma questão que lhe tinha sido passada por alguns munícipes e que tinha a ver com a proteção da zona marítima na praia de Sesimbra. Muitos se recordariam da existência de boias de sinalização para evitar que os barcos se aproximassem da baía, e não existindo essas boias, apesar

Ata nº 14 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

da lei prever que os barcos não pudessem navegar a menos de 300 m da linha de praia, a verdade era que os barcos que vinham no enfiamento da arriba, continuavam junto à praia e isso criava perigo às pessoas que estavam na praia, porque vinham muito próximo da praia.-----

-----Questionara o Sr. Comandante do Porto, porque é que não colocavam as boias outra vez e a explicação foi que essas boias tinham sido uma campanha publicitária da *yoplait* e que estavam entregues aos concessionários, sendo que eram os Serviços do Instituto de Socorro a Náufragos que habitualmente as colocavam quando se iniciava a época balnear, mas que essas boias já não existiam. -----

-----Resultado disso, no dia seguinte à reunião, o Sr. Comandante emitira um edital reforçando o carácter que a lei atribuía que era não se poder navegar para dentro dos 300 m e dizendo que iria envidar esforços para tentar que se colocassem as boias. Tanto quanto sabia, já pedira à CMS.-----

-----Assumia a paternidade da criança e também para perguntar se existia algum desenvolvimento nesse sentido. -----

-----Usou depois da palavra o **Deputado João Castanho** que após cumprimentar todos os presentes e quem assistia a partir de casa, disse que tinha duas questões /temas completamente díspares, um do outro.

-----O Verão estava próximo e a zona do território do Concelho era muito procurado e, normalmente, isso trazia problemas acrescidos pelo menos nas freguesias de Santiago e do Castelo, que eram muito procuradas. Havia sempre mais lixo, mais resíduos, e a primeira questão que colocava era o que é que estava perspectivado para a área, para mitigar o problema, e se existia algum acompanhamento diferente.

-----A segunda questão era relativa ao PRR e à estratégia local de habitação. Já se falara antes sobre a estratégia que o Município utilizara e a estratégia que outros Municípios estavam a utilizar, e no caso em concreto, aquilo que o Município do Seixal estava a fazer, que era dar a indicação direta e a exercer o direito de aquisição, ou seja, estava a comprar apartamentos que apareciam à venda, e, segundo informações que tinha, até aos 1500 € por metro quadrado, e até aos 1600 € iam avaliar. -----

-----Quem pretendesse vender tinha de publicar, e a Câmara do Seixal podia exercer o direito de preferência porque as casas estavam em zonas de pressão urbanística e tinham essa condicionante. A delimitação de pressão urbanística competia aos próprios Municípios. -----

-----Para o Município de Sesimbra poder aproveitar os fundos, deveria proceder a uma alteração da estratégia, porque aqueles valores já eram altos. -----

-----Não daria para a Freguesia de Santiago, mas para a do Castelo, onde se calhar já se conseguiria de forma mais rápida, usar aqueles valores. Se a Câmara do Seixal ia até aos 1600 € por metro quadrado deviam ter algum suporte, e se calhar era um exemplo a ponderar se seria possível executar dessa forma,

Ata nº 14 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

ou não. -----

-----Não conseguia perceber se estavam a fazer uma procura direta ou se estavam só a exercer, mas aqueles já eram valores consideráveis. Não daria para tudo, mas já daria para aplicar e para se utilizar parte do valor. -----

-----Interveio depois o **Presidente da Junta de Freguesia da Quinta do Conde** que após cumprimentar todos os presentes começou por falar sobre o Festival da Liberdade. -----

-----Disse que como todos sabiam, ia-se realizar o Festival nos dias 1 e 2 de julho, na freguesia da Quinta do Conde. O evento era de enorme prestígio para a Vila e como Presidente da Junta de Freguesia só tinha a agradecer em nome de todos os quinta-condenses, mas aquele facto não podia escamotear a relação que os responsáveis do evento tinham para com a Junta de Freguesia, que era nenhuma.-----

-----O espaço onde o evento se ia realizar era onde se realizava todos os sábados o mercado do levante. Os comerciantes sabiam que num ano e durante 2 semanas no mês de junho, o mercado não se realizava por causa da Feira Festas. Também este ano, excecionalmente, os comerciantes tinham sido informados que no primeiro fim de semana de julho, o mercado não seria realizar por motivo do Festival da Liberdade.

-----No início do mês de junho, a Junta de Freguesia fora surpreendida, e não pelas vias oficiais, que uma parte das estruturas da Feira Festa se iria manter até à primeira semana de julho, inviabilizando o funcionamento do mercado de levante, e em vez de 3 semanas, seriam 5 semanas.-----

-----Tendo a Junta de Freguesia a gestão do espaço do mercado do levante, onde se ia realizar o Festival da Liberdade, era a Junta que teria que dar a cara aos comerciantes, mesmo dizendo que não lhes iria cobrar a renda de 5 semanas, o que constituía um prejuízo para a Junta de Freguesia, a dificuldade em explicar à última da hora que iriam ficar sem a possibilidade de garantir o seu sustento durante mais de 1 mês.-----

-----Lamentava também que a Junta de Freguesia não tivesse sido convidada para o lançamento do Festival da Liberdade, que fora realizado no Parque da Vila, na Quinta do Conde. -----

-----Sendo assim, a Junta de Freguesia solicitava à Câmara Municipal de Sesimbra que, quando ocorresse um grande evento na Quinta do Conde, sob a sua responsabilidade direta ou indireta, contassem com a Junta de Freguesia para ajudar e apoiar naquilo que fosse necessário. -----

-----Passou depois a dar conhecimento do segundo lamento do Executivo da Junta de Freguesia: A Carris Metropolitana estava a chegar a Sesimbra e no dia 1 de julho começava a nova geração de transporte público na Área Metropolitana de Lisboa. -----

-----Mais uma vez a Junta de Freguesia não fora contatada para dar a sua opinião sobre algo relacionado

Ata nº 14 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

com o assunto, nomeadamente sobre novos percursos na freguesia. -----

-----Assim solicitava ao Presidente da CMS, que se soubesse, os pudesse indicar à Junta de Freguesia que, mesmo não tendo qualquer responsabilidade naquilo que fora decidido para a mesma freguesia, considerava importante que essa informação fosse dada à população. -----

-----Solicitava também ao Sr. Presidente da CMS que informasse a Junta de Freguesia sobre algumas situações da Vila da Quinta do Conde, nomeadamente em relação ao contentor modular a ser acoplado ao Centro de Saúde, e iria sustentar aquela intervenção naquilo que fora aprovado na última sessão da Assembleia de Freguesia realizada no 15/06/2020, pedindo ao Presidente da CMS que fosse concluído o ajuste direto que permitisse a aquisição imediata da unidade modular de saúde, e que a CMS comunicasse à Junta de Freguesia da Quinta do Conde e à ACES ARRÁBIDA, se possível, uma data definitiva para a colocação do contentor modular.-----

-----Perguntou depois ao Presidente da CMS se já tinha alguma novidade em relação à requalificação da principal entrada da Vila, ao Spot Jovem, à Loja do Cidadão, ao Centro de Saúde, ao Auditório para a Quinta do Conde, e à Biblioteca para a Quinta do Conde.-----

-----Interveio depois a **Deputada Sílvia Montanha** que após cumprimentar todos os presentes e quem assistia a partir de casa, disse, sendo a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, o único órgão deliberativo com competência para apreciação das políticas de interesse para o município, visando a perceção das suas atribuições e tomando posição perante quaisquer órgãos do Estado ou entidades públicas, nos termos do regime jurídico das autarquias locais, competia-lhe trazer à sessão um assunto exclusivamente do foro do Município, e que, como deputada da Assembleia, não conseguia esclarecer os habitantes que questionavam. -----

-----Referia-se à não existência de médico veterinário municipal, ou seja, técnico superior de medicina veterinária.-----

-----Por licença sem vencimento de 1 ano deste e que eventualmente poderia ser prorrogada, sendo que a dotação do mapa de pessoal de 2022 era de 2 postos e se encontrava a decorrer um CTTI para ocupação de uma dessas vagas, desde 2021, ou seja, pela leitura do mapa, não existia qualquer médico veterinário em funções públicas na Câmara Municipal.-----

-----Como de momento não existia médico veterinário municipal investido dos poderes de autoridade conferidos pela Direção-Geral de Veterinária e pela Direção Geral de Fiscalização e Controlo de Qualidade Alimentar, ficava entendido que quaisquer pareceres respeitantes à saúde e ao bem-estar animal ou à saúde pública e a segurança alimentar dos produtos de origem animal no Concelho, teria de ser emitido

Ata nº 14 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

pelo médico veterinário municipal de um dos concelhos limítrofes, pois apenas por esse médico veterinário municipal podia ser substituído, na sua ausência ou impedimento. Grande parte do Concelho era também rural. Também se ouvia a população falar do posto sanitário da Quinta do Conde, velho, triste e pequeno, com uma ínfima sala de espera e sem condições para funcionários ou munícipes e que apenas funcionava uma única vez por semana e por um período de 2 horas. -----

-----Pelo exposto, esperava o respetivo esclarecimento da Câmara quanto ao centro de recolha oficial de animais de companhia (CROAC), uma vez que não havia médico veterinário municipal em funções públicas. -----

----- Se existia política sobre captura, recolha e esterilização de animais errantes e eventual devolução à rua ou adoção, no âmbito de qualquer concelho moderno. -----

-----Se se previa o alargamento da dotação de técnicos superiores, médicos veterinários no mapa pessoal, dado o crescimento populacional e consequente aumento de animais de companhia. -----

-----Melhorias no referido posto sanitário da Quinta do Conde, nomeadamente, aumento do número de horas ou dias, visto ser a mais populosa freguesia do Concelho. -----

-----Usou depois da palavra a **Deputada Luisa Carvalho** que após cumprimentar todos os presentes e os munícipes que assistiam a partir das suas casas, referiu que tinha algumas questões relativamente breves, uma complementava uma questão já colocada pelo Deputado Carlos Macedo, que tinha a ver com a participação nos festivais de cinema e gostaria de obter algum esclarecimento se fosse possível. -----

-----Face à questão que já fora colocada sobre o plano estratégico e das orientações estratégicas para o turismo em Sesimbra, perguntou se existia algum estudo de impacto sobre a tal marca Sesimbra que era referida, se podia trazer alguma mais-valia pela participação nos festivais e ainda o que é que se estava a fazer em resultado daquelas visitas. -----

-----Disse que gostaria, se fosse possível, de ser esclarecida pelo Presidente da CMS relativamente a uma reunião realizada em 30 de maio com o Turismo de Portugal e a Diocese relativamente ao novo concurso de concessão do Cabo Espichel. -----

----- Perguntou depois qual a finalidade do arrendamento da Farmácia Lopes, que era referida numa reunião de 30 de maio. -----

-----Referiu, em seguida, que tinha uma questão dirigida ao Vereador Miguel Fernandes, sobre a participação em 2 congressos relacionados com temas de Smart Cities e a governação inteligente, perguntando que boas práticas e medidas poderiam ser, de alguma forma, disseminadas no contexto do Concelho de Sesimbra. -----

Ata nº 14 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Interveio depois a **Deputada Andredina Cardoso** que após cumprimentar todos os presentes e quem assistia à sessão a partir de casa, disse que tinha 2 questões breves. Uma delas tinha a ver com uma reunião que decorrera a 24 de maio e tinha como tema, as comunidades desfavorecidas da Área Metropolitana de Lisboa - ponto de situação das candidaturas e planos de ação. Portanto, gostaria de saber um pouco mais acerca da reunião, e uma segunda questão, que se prendia com o ponto de situação dos refugiados no Concelho, o que é que haveria a dizer sobre a matéria. Tinha conhecimento que existiam candidaturas abertas do Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração (FAMI) e gostaria de perceber como se estava no Conselho de Sesimbra relativamente à questão. -----

-----A **Deputada Madalena Serra** questionou o executivo do porquê da ausência de resposta em relação ao pedido de informação do GM do CHEGA feito a 13 de março.-----

-----Falou em seguida a **Deputada Claudia Mata** referindo que a sua pergunta tinha a ver com a atividade da CPCJ de Sesimbra, que estivera reunida no dia 21 de fevereiro. Tivera a oportunidade de ler a Ata número 1, e uma vez que não encontrara atividade naquele período, descrita no relatório, queria saber, à data, qual o número global de processos. Conseguira perceber que tinham transitado 10 em 2021. --

-----Assim pretendia saber, a somar aos 10, os instaurados em 2022 e os reabertos em 2022. Se alguns tinham sido remetidos para o Ministério Público, quantos estavam a ser acompanhados pela Comissão de Proteção, e qual era o procedimento que era tomado. -----

-----Portanto, em 2021 existiam 203 processos, 182 instaurados e 20 reabertos. Desses 203, 193 tinham sido arquivados, e portanto tinham transitado 10. Queria saber em 2022, até à data, quantos é que tinham sido instaurados e se alguns tinham transitado para o Ministério.-----

-----Tivera a oportunidade de ler também que as instalações careciam de acesso a Internet, portanto achava que a banda não tinha largura suficiente para um acesso normal de funcionamento, portanto, achava que seria pertinente verificar essa situação, bem como o número de computadores que era insuficiente para o número de Comissários e o volume processual. -----

-----Era importante verificar aquelas 2 situações para que os trabalhos decorressem da melhor forma.

-----Usou depois da palavra o **Deputado Pedro Mendes** que após cumprimentar todos os presentes e os que estavam a assistir em casa, disse que gostaria de questionar o executivo, nomeadamente em relação à questão dos transportes e ver englobada nos esclarecimentos, se existia a hipótese de gratuidade para menores de 18 anos para a zona de Sesimbra, como acontecia em Lisboa. -----

-----Falou em seguida a **Deputada Paula Rodrigues** que após cumprimentar todos os presentes e os munícipes que assistiam a partir das suas casas, referiu que tinha 2 questões. Uma tinha a ver com o

Ata nº 14 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

Santuário de Nossa Senhora do Cabo Espichel que no âmbito do REVIVE tinha sido aberto um concurso para a concessão do Santuário, em 18/05/2021. Entretanto, o prazo de propostas terminara em setembro de 2021. Decorridos 9 meses, gostaria de saber o ponto da situação relativamente à recuperação daquele santuário, que cada vez estava mais degradado e o intuito fora no sentido da sua requalificação. -----

----- A outra questão tinha a ver com o desassoreamento da Lagoa de Albufeira. Era um assunto que vinha sendo uma grande preocupação por parte GM da CDU que já trouxera o assunto à AMS várias vezes, inclusive em 2019, em que a CDU apresentara uma moção pela defesa do ecossistema e abertura de Lagoa ao mar, e na sua deliberação, entre outras, constava exigir às entidades competentes a conclusão do estudo da abertura do desassoreamento da Lagoa de Albufeira e que a execução de intervenção que viesse a ser apontada pelo estudo se traduzisse num menor impacto para o ecossistema. -----

-----Entretanto, outros documentos também tinham vindo à Assembleia, e na última reunião de Câmara, a 08/06, fora apresentada uma moção também sobre o assunto. O Presidente da CMS também já prestara alguns esclarecimentos na Assembleia e na última reunião de CMS referira reforçar o pedido daquela intervenção ao Vice-Presidente da APA, que tinha a gestão sobre a matéria. -----

-----Gostaria de saber se desde a reunião já tinha havido algum desenvolvimento, e dizer que o GM da CDU se revia inteiramente na moção e que a conclusão do projeto da execução da abertura do desassoreamento da Lagoa e a concretização da obra, eram urgentes, assim como a realização de uma dragagem do canal ao mar tinha que ser feita o mais rapidamente possível, até porque já fora dito várias vezes, e era unânime, que as intervenções que eram feitas através da maquinaria terrestre não resolviam a situação e a era urgente a recorrer ao desassoreamento através de draga. -----

-----Estava em questão dinheiros públicos, e se já se sabia que a maquinaria terrestre não resolvia o problema, era urgente que a APA resolvesse a situação, daí a pergunta se já existiam desenvolvimentos sobre a matéria. -----

-----Falou depois o **Deputado Rui João** que após cumprimentar todos os presentes e os munícipes que assistiam a partir das suas casas, referiu que a primeira questão se prendia com o aterro do Zambujal. De ofício em ofício da CCDR, o Município ia recebendo adiamentos sobre o desenvolvimento do processo e gostaria de saber em que ponto da situação é que estava atualmente. -----

-----Referiu o ensino secundário na Quinta do Conde dizendo que se estava em pleno processo de descentralização de competências na área de educação e todos os presentes tinham conhecimento das necessidades de resolução rápida de carência do secundário na freguesia da Quinta do Conde relativamente à construção de uma nova escola secundária, relativamente à requalificação da Michel

Ata nº 14 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

Giacometti, pelo que gostaria de saber quais eram as respostas que o Ministério da Educação vinha dando em relação à questão à Câmara Municipal de Sesimbra. -----

-----Prosseguiu dizendo que se estava em plena época balnear e gostaria de saber em que ponto de situação estava o Centro de Saúde da Quinta do Conde. Parecia que, afinal, as promessas do Ministério da Saúde, da construção do novo Centro de Saúde, na Quinta do Conde, eram nulas ou vazias, porque aquilo que se queria colocar era uma barraca / contentor para servir de centro de saúde e não resolvia os problemas da Quinta do Conde.-----

-----Nesta altura do ano, o horário do Centro de Saúde de Sesimbra era até às 21:00 no atendimento complementar. Gostaria de saber se existia já resposta do Ministério da Saúde para o alargamento do horário complementar de atendimento ao público no Centro de Saúde de Sesimbra, porque na época balnear existia um acréscimo enorme da população na Freguesia de Santiago.-----

-----Interveio em seguida **o Presidente da Junta de Freguesia da Quinta do Conde** que referindo à intervenção do Deputado anterior disse que não seria colocada uma barraca, mas sim um contentor com as devidas condições, ar-condicionado, 3 postos médicos, e o que era mais importante, era que iria dar resposta a todas as pessoas que estavam inscritas no Centro de Saúde e que não tinham médico de família. E isso é que era importante. Mas não desistia do Centro de Saúde, e isso devia ficar claro. -----

-----Era uma situação provisória, que poderia dar resposta às pessoas que não tinham médico de família. -----

-----Falou a **Deputada Cláudia Mata** que referiu que esperava que o Deputado Rui João não considerasse que grande parte dos trabalhadores da Câmara de Sesimbra trabalhassem em barracas.----

-----**O Presidente da AMS** fez em seguida o ponto de situação dos tempos utilizados pelos Grupos Municipais de acordo com o estipulado em reunião de Comissão de Líderes dos Grupos Municipais: a CDU esgotara os seus 10 minutos. o Partido Socialista também, o CHEGA esgotara 5 minutos, o PSD, 4 minutos esgotados, o MSU, 2 minutos, e o Bloco Esquerda, esgotara 9 minutos. -----

-----Interveio **o Presidente da CMS** que começou por responder à Deputada Sandra Carvalho dizendo que relativamente ao Posto da GNR da Quinta do Conde, vinha sendo um processo lento. A tramitação e a comunicação entre a Câmara Municipal e a Secretária-geral do Ministério da Administração Interna (MAI) relativamente ao programa que já estava na posse da CMS, vinha sendo muito lenta. As respostas à equipa de arquitetura da CMS não eram céleres, e a única novidade que tinha de momento era que recebera, há 1 mês, um e-mail da Secretária-geral do MAI, um pouco a seco, já no quadro do novo Secretário de Estado e obviamente, do novo Ministro, e sem nenhum fundamento, a dizer que o Município de Sesimbra, por

Ata nº 14 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

orientações superiores, deveria suspender toda a tramitação relativamente à elaboração dos projetos para um novo Posto territorial da GNR da Quinta do Conde, até porque se teria de rever a política de construção daquele equipamento.-----

-----A CMS tentara, via Gabinete da Presidência, um contato telefónico ao Secretário-geral da Administração Interna, mas não fora possível. Remetera depois um e-mail de pedido de esclarecimentos e um e-mail, obviamente, de um pedido de reunião e não obtivera qualquer resposta de há um mês a esta parte.--

-----Achara um pouco estranho, porque a CMS já estava a tramitar o processo.-----

-----Por questões de organização de trabalho, e estando o estudo prévio já elaborado de acordo com o protocolo que a CMS tinha e que previa o financiamento do próprio projeto, e que agora fora informada que seria suspenso, referia que a conclusão do projeto de execução deveria ser até setembro de 2022.--

-----A CMS, no primeiro trimestre deste ano, optara por uma questão de racionalização do trabalho em termos de elaboração de projetos de arquitetura, em atribuir a feitura do projeto fora e, portanto, era um projetista externo.-----

----- De momento era o ponto da situação e não tinha mais nenhuma informação que pudesse prestar.

-----Sobre o processo de descentralização, informou que a célebre reunião já acontecera na Área Metropolitana do Porto e não tinha nenhuma informação privilegiada sobre o que acontecera. Pelo que se apercebera até o Presidente da Câmara do Porto saíra mais insatisfeito do que entrara, e acabara por sair da Associação Nacional de Municípios Portugueses -----

----- Seria realizada uma reunião amanhã na CCDR com os 18 municípios da Área Metropolitana de Lisboa, com a presença particularmente da Ministra da Saúde e da Ministra da Coesão Territorial e o Secretário de Estado das Autarquias Locais, e o que estava em cima da mesa, neste momento, como era público, era a possibilidade de adiamento por iniciativa do Governo, do Diploma da Ação Social, uma alteração significativa ao modelo de saúde, existindo já uma proposta de alteração ao diploma setorial, que já circulava entre os municípios, e a possibilidade de reforço também nas áreas da descentralização da educação. -----

-----Os números e as contas em matérias de educação, já eram conhecidos da AMS porque já tinham sido reportados e não existia nenhuma evolução nesse sentido, a não ser da alteração ao valor da reabilitação dos edifícios, que passara de 20.000 EUR por estabelecimento de ensino, segundo, terceiro ciclos ao secundário, para uma regra por metro quadrado que, no caso do Município de Sesimbra, grosso modo, passara de uma transferência de 120.000 EUR anual para manutenção dos 6 estabelecimentos de

Ata nº 14 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

ensino para cerca de 150.000 EUR, incluindo também as zonas exteriores, sendo calculado um valor em função da área coberta, e um valor em função da área descoberta. -----

-----O Município de Sesimbra dera alguns inputs, independentemente de discordar dos montantes, olhando até para aquilo que era a tipologia de equipamentos, de que não deveria ser por área coberta, mas sobre a superfície total do pavimento. -----

-----O Município tinha edifícios com 2 pisos e seria contabilizado como apenas fosse por um, ou seja, um município com uma escola com um piso térreo recebia tanto como o Município de Sesimbra com uma escola com 2 pisos. -----

-----Sobre a Carris Metropolitana e respondendo primeiro ao Deputado Pedro Mendes disse que de momento não existiam nenhuma condições, aparentemente, dos 17 municípios, com exceção de Lisboa, cujo impacto fora na ordem dos 6.000.000 de euros, de poder garantir a gratuidade. -----

-----Já tinha sido realizado um estudo para os restantes 17 municípios e para o Concelho de Sesimbra o impacto da gratuidade dos alunos até aos 18 anos, seria de cerca de 1.100.000 de euros, não esquecendo que até aos 12 já era gratuito e nos mais de 65, e que os mais de 65 hoje já tinham um passe reduzido de 20 EUR para a Área Metropolitana de Lisboa. -----

-----O impacto para o Município seria mais ou menos, o mesmo que com o PART (Programa de Apoio à Redução Tarifária) nos transportes e com a participação na operação da Carris Metropolitana, ligeiramente mais 100.000 EUR do que eram atualmente esses encargos, portanto, duplicaria o que era a participação anual do Município de Sesimbra. -----

-----Assim, não estava previsto, sendo que neste momento, existiam situações a montante que eram preciso estabilizar do ponto de vista do funcionamento de uma operação e que até eram públicas e que nenhum município e o de Sesimbra não fugia à regra. A operação iniciada no dia 1 de junho do lote 4 tivera muita afluência, e nos primeiros dias tinha sido dramático, com autocarros que não tinham aparecido e falta de informação aos utentes. -----

-----Neste momento, aquilo que se revertera em articulação com a TML fora com os horários antigos dos TST, tentando garantir pelo menos alguma estabilidade na informação aos utentes. -----

-----As expectativas dos autarcas todos, independentemente da cor política, tinham sido muito elevadas e na sua opinião fora um grande trabalho que se alcançara e não tinha problemas em dizê-lo, com grande responsabilidade do anterior Presidente do Conselho Metropolitano, inclusive no lobby, no bom sentido da palavra, que fizera perante o governo, sobretudo na participação do PART, mas, obviamente que aquilo que eram as expectativas e de certa forma, num quadro de alargamento do que era a operação

Ata nº 14 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

dos transportes públicos rodoviários na AML aos cidadãos, tinha revelado um início complicado com alguma intermitência no lote 3 e adiamento do funcionamento dos lotes 1 e 2, o que poderia gerar uma desconfiança nos cidadãos num sistema em que todos gostariam de ter confiança.-----

-----Este processo seria um dos maiores avanços que se tinha conquistado nos últimos anos. -----

-----Disse depois que entre aquilo que fora a redução tarifária que se iniciara em Abril de 2019, e o que era a operação do transporte rodoviário, que era uma melhoria brutal e significativa face ao que existia anteriormente, que ainda não era, mas que todos tinham a esperança que viesse a ser, quer do ponto de vista do material circulante, das frequências da oferta, daquilo que seria uma potencial adesão ao serviço de transporte público rodoviário por estas 2 dimensões, ou seja, o melhor serviço público e, obviamente, o preço acessível a todos os cidadãos e a todos os agregados familiares, para todos os modos, sendo que o passe, através do programa de apoio à redução tarifária, abrangia todos os modos de transporte e todos os operadores na área da AML.-----

-----O operador rodoviário era o Transportes Metropolitanos de Lisboa, e tinha apenas um único acionista que era a Área Metropolitana de Lisboa. Os transportes pesados, FERTAGUS CP, Metro, Soflusa e Transtejo, tinham os seus próprios operadores, alguns privados, outros públicos da administração central, mas, aquilo que era a compensação pelo valor dos passes era toda dada pela Área Metropolitana de Lisboa, portanto, inclusivamente aos TCB do Barreiro, que tinha uma operação própria, MOBIL CASCAIS, no caso da Câmara de Cascais, e à Carris de Lisboa, que era também titulada pelo Município de Lisboa.-----

-----Portanto, era verdade que os passes tinham sido um grande alcance que se atingira desde 2019. Atualmente uma pessoa entre os 13 e os 65 anos podia ir de Sesimbra até Mafra nos modos que a interessassem por 40 €. Se tivesse até 12 anos, seria gratuito em toda a AML, e se tivesse mais de 65 anos, por 20 € podia andar de barco, na CP, no metro, ou seja, podia andar no que quisesse. -----

-----Desde 2015 que as operações estavam condicionadas com operadores privados nas mais diversas áreas. Portanto, esta transformação que se pretendia operar, e para se ter a perceção da dimensão era o maior concurso público europeu de todos os tempos, 7.000 milhões de euros em 10 anos. -----

-----Toda a gestão da bilhética e da tecnologia era gerida pela AML, e não tinha nenhum outro operador, portanto, tudo aquilo que era a entrada de verba, da bilhética, dos passes, da participação dos municípios, da participação da administração central por via do orçamento de Estado que era o PART, a distribuição e o modelo de compensação a todos os operadores era feito pela AML. Era uma coisa que era impensável.-----

-----Não correria bem, e tinha de dizer com toda a franqueza por motivos que não podiam ser

Ata nº 14 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

imputáveis à AML. -----

----- Era claro que a TML era propriedade da AML que eram os municípios e, portanto, se não funcionava bem, a operação era dos Municípios.-----

-----A verdade era que os contratos estavam assinados com os diversos prestadores de serviços nos 4 lotes, e tinha havido garantia logo no lote 1 que se iniciara a 1 de Junho, e pensava que ninguém iria fazer um corte de fitas com a administração central, para iniciar uma operação que era revolucionária no bom sentido da palavra na área Metropolitana de Lisboa, para esse dia ser um descalabro e um drama para milhares de pessoas, sobretudo na margem sul e que ficavam dependentes dos operadores, nos concelhos de Palmela, Setúbal, Moita, Alcochete, Montijo, Barreiro, em parte, Sesimbra também devido à carreira para Setúbal, e tinha sido catastrófico.-----

-----Disse depois que no anterior mandato, a empresa indiciara o Presidente da Câmara de Sesimbra na AML por uma expressão que utilizara exatamente numa sessão da Assembleia Municipal ao dizer que o serviço dramático prestado pelos TST e a qualidade de material circulante, porque já tinham ardido e continuavam a arder, uma série de autocarros, no Concelho de Sesimbra, o que a CMS queria era ver-se livre deles, desejando que não concorressem ao concurso e, portanto, tinha havido uma ameaça até de o Presidente da Câmara de Sesimbra ser confrontado com uma ação por parte da empresa, que julgava não se ter verificado.-----

-----O que não podia dizer de outra forma era que sobretudo os últimos meses e até aos dias de hoje, e isso era testemunhado pelo Presidente da Câmara do Seixal, Presidente da Câmara de Almada, apesar de todos terem a expectativa de iniciar no dia 1 de julho a operação em toda a sua dimensão daquilo que estava contratualizado com as novas linhas, a verdade era que a relação com os TST vinha sendo de extrema responsabilidade. Entre os TST, a TML e os 3 municípios têm sido de responsabilidade. Contrariamente àquilo que acontecera no lote 4, onde tinha havido garantias do operador de ter tudo pronto para iniciar a operação, e aliás, até havia garantias para começar não a 1 de Junho, mas no mês antes, os TST foram sempre monitorizando a chegada dos autocarros que eram necessários para todas as linhas, a contratação de motoristas, a formação dos motoristas para que, o mais próximo possível do início da operação, os Municípios tivessem a melhor garantia possível dos riscos que correriam, ou não, se avançassem com a operação no seu todo ou se tivessem que fazer alguma marcha atrás, ou, pelo menos, alguma gradação de implementação no lote 3. -----

-----Os lotes 1 e 2 eram da margem Norte e iam entrar em funcionamento no dia 1 de janeiro. Tinham mais dificuldades que o lote 3, porque não tinham autocarros suficientes neste momento do fornecedor.

Ata nº 14 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Os TST tinham neste momento todos os autocarros contratualizados, todos os necessários para a oferta a 100% daquilo que estava contratualizado, mas tinha uma dificuldade em motoristas, portanto, neste momento, faltavam cerca de 30% dos motoristas para conseguirem garantir a operação em pleno. Desses 30%, cerca de 15% eram motoristas que estavam contratados, mas que ainda não tinham formação. E, portanto, os 3 Municípios, a operadora que era a TML, e o prestador de serviços que era os TST, de uma forma cautelosa, e não queria dizer que tudo corresse bem, tinham começado com um conjunto de linhas, 111 das 149 que a operação previa em todo o lote 3. -----

-----Das 111 linhas, não havia diminuição das frequências contratualizadas para não existir retrocesso, ou seja, existia um aumento da linha Sesimbra, Quinta do Conde, que só tinha 4 frequências, iria passar para 12. A linha não ia começar com 6, começava com as 12, portanto, fora preferível não meter linhas novas no início da operação do que ir mudando as frequências das linhas que estavam contratualizadas, portanto, foi começar com 111, e depois ao dia 1 de cada mês, com exceção do dia 1 de Agosto, para existir também aqui um patamar de segurança, a partir do dia 1 de Setembro, 1 de Outubro, 1 de Novembro, 1 de Dezembro até 1 de Janeiro, iria ser implementado um conjunto de linhas que estavam previamente programadas. -----

-----Os 3 Municípios ainda tinham margem para irem articulando, do ponto de vista das necessidades, com os próprios TST e a TML no quadro daquilo que eram as prioridades, até chegarem ao pleno no dia 01/01/2023. -----

-----A partir da próxima semana seriam colocados em todos os postaletes amarelos, os horários das carreiras que iam entrar em funcionamento no dia 1 de julho. -----

----- A informação que tinha era que os horários iam ser disponibilizados, em princípio, a partir do dia de amanhã. Tinham sido enviados ontem para a TML que merecera alguns acertos e tinham sido devolvidos aos TST, e, portanto em princípio, amanhã, seria feita uma divulgação massiva dos horários, com as novas linhas que tinham uma nova numeração,-----

-----Garantidamente, já se verificara que existiam postaletes amarelos onde faltava a bandeira com o número das linhas que passavam em cada paragem e também uma área com o horário das carreiras que lá passavam. -----

-----Os 3 Municípios já se tinham comprometido também ajudar os TST, se necessário, a colocar a tempo e horas para no dia 1 de julho, estarem todas as paragens colocadas. -----

-----A responsabilidade da colocação dos postaletes era do prestador de serviço e já se tinham apercebido que não estavam exatamente na zona onde os Municípios tinham indicado do ponto de vista

Ata nº 14 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

das coordenadas, estavam 3 m mais à frente ou 3 m mais abaixo e, portanto, ainda havia a necessidade de acertar com o operador. -----

-----Garantidamente existiriam pessoas que não teriam acesso aos horários e os Municípios iriam tentar distribuir em papel e nos meios de comunicação digital, até porque iria mudar o número das linhas e nos primeiros dias ia ser dramático e iria haver muito pedido de informação e pedido de esclarecimento. ----

----- Esperava que não houvesse atrasos relevantes a não ser 1 ou 2 minutos nas frequências, porque era isso que ganhava confiança na operação. -----

-----Disse depois que atendendo ao que acontecera com o lote 4, mal seria se os Municípios de Sesimbra, Almada e Seixal estivessem com alguma perspetiva de que a coisa corresse mesmo mal e estivessem a tentar avançar à força para uma operação, sem todo o grau de garantia de que corresse bem.

-----Acrescentou que os 3 Municípios e a TML tinham a garantia do prestador de serviços, mas ele não podia garantir que no dia 1 de julho, não houvesse uma falha no autocarro. Sabia era de quem era a responsabilidade, porque garantira que tinha condições para naquela dimensão e quadro avançar sem haver falhas.-----

-----Tinha havido um descrédito brutal daquela operação, que era uma revolução no país, e agora tinham que, todos juntos, tentar garantir que cada passo, fosse em Sesimbra, Almada e Seixal, lote 3, ou nos lotes 1 e 2, que corresse mal, iria ter um impacto brutal em toda a operação e, portanto, tinha de ser feito o maior esforço possível com os prestadores de serviços, com os diversos municípios, com a TML para que nada falhasse como falhara no lote 4. -----

----- Foi também com muita mágoa, obviamente para todos, porque fora um processo acarinhado por todos, independentemente da força política que representava. Os Municípios estavam também perante uma situação que era de certa forma, complexa. Era verdade que o público em geral e os utentes muitas vezes não se apercebiam da dimensão e da especificidade que uma operação daquela dimensão tinha por trás e particularmente, pelos momentos em que se vivia. -----

----- A operação, e o caderno de encargos para os 4 contratos, fora preparado em 2018, fora posto na rua em 2019, pré pandemia, num quadro em que a procura era muito superior àquela que existia ainda hoje, que tivera um decréscimo brutal durante os anos da pandemia, com uma expectativa de crescimento na ordem dos 40%, e, portanto, bastava a AMS perceber que à perspetiva de procura estava associada, embora com a redução tarifária, a entrada da receita proveniente do espaço e da bilhética, fosse ela a bordo ou em zapping, e, portanto, era também fácil perceber que à dificuldade da pandemia, de um caderno de encargos que fora preparado num contexto de crescimento, com o impacto negativo,

Ata nº 14 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

atualmente estavam perante um segundo cenário terrível que era o aumento das matérias-primas e a dificuldade em obter componentes. -----

-----Disse que desde o visto do Tribunal de Contas, que fora há 8 meses, e o início da operação que tinha que ser em Julho, os vencedores dos concursos tinham de adquirir 1600 novos autocarros repartidos pelos 4 prestadores de serviços, e o dramático era que era uma questão muito sensível, nas 2 dimensões, para os prestadores de serviços, que tinham um aumento brutal, e porque garantidamente se iria estar perante um cenário de pedidos de equilíbrio financeiro porque era muito difícil para os municípios também.

-----Fazia parte integrante da discussão, de mais de 1 ano, para se chegar a acordo com os montantes de participação dos Municípios, e no caso de Sesimbra fora de 1 milhão de euros por ano, mas existiam outros, com 3 milhões por ano, e poderiam estar perante a necessidade de reforçar brutalmente o financiamento da operação. Daí ser necessária uma grande confiança no futuro e a grande unidade naquilo que devia ser a procura por parte do cidadão, do utente, do transporte público e de entrada, obviamente, de mais-valia financeira na própria operação, porque a não entrada do financiamento por via quer dos passes, quer por via também da bilhética, significava que se tinha de encontrar soluções de financiamento.

-----Era preciso uma estabilidade maior por parte da participação da administração central, que neste momento estava, de certa forma, afeta aos diversos e sucessivos orçamentos do Estado e era preciso estabilizar com um diploma próprio, o financiamento da operação, porque não poderia ficar dependente da votação anual. -----

-----Disse que no dia seguinte os Municípios iriam ver a entrega dos 349 autocarros finais aos TST em Setúbal, e iriam todos fazer o esforço de na próxima semana, que seria difícil, conseguirem, do ponto de vista de comunicação e de Informação à população, ser os mais assertivos possíveis. -----

-----Referiu ainda que no lote 1 e lote 2 faltavam muitos autocarros, para conseguir garantir a operação.

-----Prosseguindo os esclarecimentos disse que a EFIMÓVEIS era uma operação que estava prevista na estratégia local de habitação. -----

-----Disse, relativamente ao processo da estratégia local de habitação que a CMS ainda não recebera o contrato final. Recebera um parecer, e um ligeiro acerto proposto pelo IHRU. Na semana passada, a CMS voltara ao contato formal e informal com o IHRU sobre a necessidade do envio do contrato. -----

-----Sem a estratégia local contratualizada com o IHRU, independentemente de alterações que pudesse vir a fazer, a CMS podia lançar concursos, mas não seriam financiados. -----

-----A estratégia local era um mecanismo obrigatório para o financiamento da operação, fosse para aquisição, fosse para a construção de fogos para renda apoiada. -----

Ata nº 14 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

----- A EFIMÓVEIS era a operação do COTOVIAPARQUE, que a CMS retomara, sendo que a única diferença era que eles iriam construir e o Município de Sesimbra iria adquirir já prontos a habitar, segundo as regras, obviamente, do próprio IHRU, não para venda a custos controlados, mas para o mercado de arrendamento.-----

-----O valor da venda não podia ser superior ao valor da habitação a custos controlados e, portanto, estava dentro da margem daquilo que eram os custos de referência do PRR e, era, aparentemente, a operação mais estável, sem haver oscilação de preços de mercado. -----

-----A reunião com a EFIMÓVEIS relativamente à Ribeira do Marchante, era para perceber como entidade que tinha prática na matéria, se a CMS tinha tempo e margem para fazer uma operação similar, tendo em conta que a CMS tinha a perceção clara que desde o desenvolvimento do projeto, à contratação pública, era um drama, sobretudo, face aos investimentos, que a CMS tinha pela frente, querendo aproveitar ao máximo os fundos comunitários. O objetivo era perceber se a operação, feita na forma de aquisição, e não era uma aquisição, fração a fração, mas uma aquisição do conjunto de frações no mesmo bloco, poderia ser uma realidade para a Quinta do Conde.-----

-----A CMS estava a estudar se era a melhor alternativa em detrimento de ser a Câmara a construir.-

-----Sobre a ESTANAVAL disse que tinha sido uma reunião das que vinha tendo desde que a empresa de Aveiro, ficara com a participação da ESTANAVAL. Tinha sido um processo difícil junto da comunidade piscatória, portanto, da venda da participação dos anteriores sócios, tendo surgido uma empresa que adquirira mas não corria bem. Portanto, a CMS tinha acompanhado o assunto sobretudo com os armadores porque era importante ter uma empresa com alguma dimensão para não ser necessário levar os barcos para outros portos, para reparações, particularmente nas linhas 1 e 2 que eram as mais importantes para as embarcações de maior dimensão.-----

-----Parecia-lhe uma empresa altamente estável, com uma perceção completamente diferente daquilo que era uma gestão mais caseira. A empresa fora tentar que a Câmara fizesse algum lobby junto da APSS, porque queriam fazer um conjunto de intervenções desde a recuperação das calhas, do guincho, das acessibilidades dentro da zona do estaleiro e, sobretudo, da necessidade premente que existia de ter uma ETAR, uma estação de tratamento de águas residuais, que pudesse recolher todas as águas de lavagem dos barcos, da substituição dos óleos, que neste momento estavam a ir completamente para o oceano. Portanto, existia essa preocupação.-----

----- Era uma questão que a CMS teria de articular, aliás, iria tentar ver o assunto na próxima reunião do Conselho Municipal das Pescas e também, obviamente, nas reuniões com a APSS. -----

Ata nº 14 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

----- Sobre as questões colocadas pelo Deputado Carlos Macedo começou por dizer que também, de certa forma, não sabia onde é que começava e acabava o que era mais ou menos irrelevante na informação da atividade municipal. -----

-----As presenças dos Vereadores e dele próprio, em eventos da Autarquia e a convite de associações locais ou de outras entidades, enquanto exercício de funções eram juntas ao Relatório, não como atividade mas sim como agenda dos eleitos. -----

-----Poderia dizer que aquela informação era tão irrelevante como a reunião com o Promotor Franco-turco, que quisera saber o que é que existia em termos de informação prévia aprovada pela Câmara Municipal de Sesimbra, no Pinhal do Atlântico e no Pinhal da Prata, na Aldeia do Meco. -----

-----Era um promitente comprador. Era mais irrelevante do que o concerto das comemorações do 25 de Abril. -----

-----Sobre as questões do Festival Finisterra, disse que queria prestar 2 ou 3 notas porque podia parecer que o Município estava a ter aqui encargos mais ou menos desnecessários com aquelas visitas. O último Festival na Turquia, que na sua opinião e que a Vereadora Argentina Marques partilhava, não tivera o mesmo interesse do ponto de vista estratégico, como o Festival no Brasil. E fora exatamente pela presença no Festival do Brasil, que tinha havido um convite a Sesimbra para estar presente no Festival na Turquia, como existia um convite para estar presente em novembro no Festival na Grécia, pelos próprios organizadores, e não pela organização do Festival Finisterra, e obviamente, também, no fim do próximo ano, no Festival nos Estados Unidos. -----

-----Estes convites tinham a ver com o facto de alguns produtores perceberem que Sesimbra poderia ser um destino também com alguma relevância, e não tinha a ver com o turismo específico de massas que o do Brasil tinha, mas sim com o TARGET muito específico, que poderia ser alguma mais-valia, e era verdade que o Município nunca tinha, até então, participado externamente naquele tipo de atividades, e para aquele mercado, poderia ter atratividade, porque o que se levava era o conhecimento de Sesimbra e das potencialidades que tinha do ponto de vista também de produções cinematográficas, fossem elas para filmes de longas-metragens ou até por questões turísticas ou promoção que Sesimbra vinha tendo uma atividade nesse matéria. Aliás, eram inúmeras as gravações de um conjunto de anúncios, nomeadamente publicitários que Sesimbra tinha. Os pedidos de filmagem eram quase semanais. -----

-----Quer a proposta que já existia para os Estados Unidos 2023, quer na Grécia, quer a da Turquia e do Brasil, o Município de Sesimbra não tivera nenhum encargo. -----

-----A deslocação da Vereadora Argentina Marques e que regressara há uma semana sensivelmente,

Ata nº 14 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

nem a viagem fora suportada pelo Município. Viagens, alojamento e refeições tinham sido integralmente suportadas pela organização que tinham querido ter Sesimbra ao mais alto nível. -----

-----Sobre a deslocação ao Brasil, os eleitos iam com uma lição estudada pela expectativa que poderia ser no futuro a atratividade de Sesimbra, não para um produtor de cinema. -----

-----Atualmente o Brasil era o principal mercado da região de Lisboa, não o era quando a CMS elaborara o plano estratégico há alguns anos. A região onde tinham ido por via de um produtor local, que realizara o festival numa cidade do Estado da Bahia, por conhecimentos, obviamente, de pessoas e produtores brasileiros, sendo que o interesse que os eleitos tinham tido fora perceber qual a dimensão que Sesimbra poderia ter do ponto de vista de notoriedade, sabendo que os últimos números pré pandemia era que o Estado da Bahia era o principal mercado da região de Lisboa, 2019, e em Sesimbra era o oitavo no mercado externo. -----

-----Portanto, existia muita margem dentro do mercado do território de Sesimbra para captar o mercado brasileiro. Era preciso saber se existia dimensão local, se era um mercado atrativo, se era um mercado com referência no local próximo da região, e verificara-se efetivamente que era, não havia qualquer dúvida. -----

-----Estava a falar de um Estado com 15.000.000 de pessoas e estava a falar de viagens diretas promovidas pela nossa companhia de bandeira. Existiam voos diretos diários de Salvador para Lisboa, existiam voos que não sendo diretos, mas via Recife, tinham o mesmo custo do voo direto e eram bi-diários e, portanto, existia uma grande potencialidade para poder fazer chegar turistas diretamente a Lisboa e obviamente fazer 30 Km de Lisboa por via do transporte direto, coisa que não acontecia, por exemplo, na Grécia.- -----

-----O Festival da Grécia, onde os eleitos iam, não tinha nenhum interesse do ponto de vista do turismo massivo porque o mercado grego não tinha expressão em Portugal, aliás, nem o turco, e depois porque o local onde se realizava o festival demorava mais tempo a chegar com voos, transferes e barcos, etc. do que chegar ao Brasil. Não era, portanto, de todo, atrativo, nem um mercado massivo para a região de Sesimbra. O que tinha sido feito no Estado da Bahia fora encetar relações entre a Secretaria de Estado do Turismo, entre os deputados federais, e perceber que a dinâmica era completamente diferente da de Sesimbra. Era muito mais política do que a visão de Sesimbra, portanto, eram muito mais politizados. Reuniões com o Estado, com as prefeituras, troca de contactos no sentido de se perceber se existia dimensão de na próxima vez Sesimbra ter uma presença de notoriedade que não fosse o festival, ou seja, uma presença que pudesse divulgar e promover a região para todo o estado da Bahia. -----

Ata nº 14 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Existiam boas indicações nesse sentido e o resultado só poderia ser visto depois se existir uma relação causa efeito com o aumento do mercado brasileiro na região de Sesimbra e, sobretudo, se Sesimbra conseguisse medir, por via do seu gabinete de turismo, se as dormidas do mercado brasileiro eram provenientes, sobretudo de um Estado que era aquele onde se fizera a divulgação com um custo/ benefício, residual, porque também contava muito perceber qual era o custo do impacto da promoção que se fazia em cada um dos territórios. -----

-----Acrescentou que fora por convite das entidades organizadoras e com todas as despesas inerentes à presença de Sesimbra pagas, portanto, pela entidade promotora, incluindo as próprias viagens. -----

-----O que já não aconteceria com a Grécia em que estava previsto que o alojamento e toda alimentação fosse da responsabilidade dos representantes do Município de Sesimbra. -----

-----Sobre as questões do cidadão Ismael Duarte, respondeu que era um promotor imobiliário e tinha um conjunto de propriedades suas e de empresa que representava no Concelho, particularmente na zona da Lagoa de Albufeira. Tinha um loteamento que tivera uma primeira aprovação ainda anterior à entrada em vigor do Plano de Urbanização da Lagoa de Albufeira (PULA)e, portanto, tinha sido necessário fazer uma adaptação que fora à última reunião de Câmara. Fora a adaptação do loteamento às regras e critérios do PULA. O Promotor tentara também junto do Presidente da Câmara e dos Vereadores, da fiscalização municipal, das Augis, tentar sobretudo, perceber a questão do saneamento, ligação às AUGIS existentes e, e agilizar procedimentos na Câmara para ver concretizada uma operação que era sua, mas que para a CMS tinha todo o interesse, sobretudo em termos de infraestruturas, porque iria criar ali estruturas de ligação ao próprio mercado da Lagoa de Albufeira. -----

-----Sobre o arraial da festa das Chagas e sobretudo a questão do concerto dos Kalema disse que o assunto tinha sido abordado pelo Vereador Nelson Pólvora, com a fiscalização, o Vereador Márcio Souza com o Gabinete da Proteção Civil e a Vereadora Argentina Marques enquanto Vereadora da Economia Local. -- -----

-----O Gabinete Municipal de Proteção Civil, face à dimensão expectável da saudade que as pessoas tinham daquele tipo de atividades, e sobretudo 2 ou 3 concertos que aparentemente seriam de maior dimensão, onde se incluía os Kalema e Anjos, defendera junto dos eleitos da Câmara Municipal, do ponto de vista técnico, a possibilidade de existirem entradas controladas no recinto da festa das Chagas, e fora sugerido um sistema idêntico àquele que se utilizara no Carnaval no Parque Augusto Pólvora. -----

-----Politicamente, a apreciação que fora feita fora que seria muito mais difícil controlar, apesar de haver um reforço brutal da segurança para mitigar qualquer eventualidade. Seria muito mais prejudicial

Ata nº 14 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

existir controlo de acesso à entrada, sobretudo porque se estava a dias do inicio da Festa das Chagas, com a atribuição de bilhetes que também não corra muito bem no Carnaval, porque nem todos os bilhetes que tinham sido levantados para o Carnaval tinham sido utilizados à entrada do Parque Augusto Pólvora, o que inibira também um conjunto de outras pessoas, sem bilhete, de poderem entrar. -----

-----Ainda se pensara realizar uma contagem à entrada, mas também aquilo que se aferira fora que se iria criar uma condicionante brutal, sobretudo no acesso, que era único, à Festa das Chagas, e fora assumido politicamente, toda a responsabilidade por aquilo que pudesse vir a acontecer, tentando mitigar ao máximo as questões que seriam expectáveis, de aumento de pessoas, sobretudo nalguns dos espetáculos, e assumir com recurso, sobretudo a uma prevenção de segurança que pudesse fazer alguma monitorização dessa capacidade de carga. -----

-----Ele próprio estivera presente praticamente em todos os concertos, e já fizera algum balanço sobretudo com o Gabinete Municipal de Proteção Civil, e era de que não se tinha verificado incidentes relevantes, apesar de se perceber que no dia do concerto dos Kalema a lotação estava exageradamente acima da capacidade de carga do recinto e também fora do recinto, na zona envolvente, e que tinha havido um incidente registado de alguém que se sentira mal junto à cabine de som, tendo existido alguma dificuldade em fazer sair essa pessoa do recinto. -----

-----Nos restantes dias tinha havido uma normalidade, apesar de haver, no concerto com os Anjos, um público razoável, mas o recinto funcionara bem e fluíra sem problemas. -----

-----Seria ainda feito um balanço com as forças de segurança. -----

-----A avaliação que neste momento se fazia era que, por um lado, era muito difícil politicamente, numa festa que era popular, controlar as entradas. -----

----- Aquilo que era a indicação, sobretudo dos serviços técnicos, era que a CMS e os Serviços deveriam ter algum cuidado, particularmente na escolha dos espetáculos, devendo os mesmos, de certa forma, adaptar-se às expectativas e capacidade do recinto, ou seja, não pensar em contratar Xutos e Pontapés mesmo que eles viessem de graça para o recinto da Festa das Chagas de Sesimbra. -----

-----Disse que o programa que incluía Mathai, Anjos, Kalema, e também Ana Bacalhau na véspera do dia 24 de abril, estavam contratados e parcialmente pagos 50%, desde 2020. No quadro da pandemia, e de acordo com as regras legislativas em vigor, pagara-se 50% dos cachês ficando a possibilidade de marcar inicialmente por diploma legal, até 31 de dezembro 2021 e depois até 31 de dezembro de 2022. -----

-----Também tinha de dizer com muita frontalidade que particularmente os Anjos e os Kalema, a CMS pagara 12.000€ e 8.000€ porque tinha havido uma participação direta de uma entidade privada na altura,

Ata nº 14 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

em 2020, que pagara parte do cachê dos Kalema, grupo que em 2020 não tinha, nem de perto nem de longe, a projeção que tinham em 2022. Os cachês da mesma banda, tinham triplicado face ao cachê que era previsto em 2020. Assim como em relação aos artistas que tinham atuado na Quinta do Conde, o Carlão, a Bárbara Bandeira e a Carolina Deslandes, que também já estavam na altura, com metade do cachê pago. Só a Bárbara Tinoco que estava contratualizada para a Festa das Chagas ou para a Feira Festa da Quinta do Conde, por um valor de 5000 EUR, que era o contrato que tinha, depois fora cancelado por via da pandemia e queria subir o valor para 15.000, valor que não fora aceite.-----

----- A apreciação da proteção civil era de que se devia ter o máximo cuidado, na mitigação, no reforço da segurança, aprofundando canais de saída que pudessem ser mais rápidos, mas sobretudo adaptando aquilo que eram os grandes espetáculos à dimensão do espaço e não serem demasiado otimistas valorizando aquilo que seria um grande espetáculo para Sesimbra mas depois se verificar que o espaço não conseguia comportar eventualmente aquilo que seria a procura para esses mesmos espetáculos. -----

-----Não existiam muitas alternativas, mas estava aberto a sugestões relativamente a essa matéria.--

----- Sobre as boias, respondeu, que mais uma vez, o que era imputável à Câmara era o pedido para comprar as boias, mas a Câmara estava a tramitar a aquisição das mesmas. -----

-----Não iria colocar *yoplait* mas sim a imagem de marca do município, mas mais uma vez recaía sobre a Câmara aquilo que fora acordado de forma informal com o capitão do Porto, fora que a CMS comprava e eles arranjavam forma de as colocar. Já estava sinalizado o sítio onde seriam colocadas e a CMS iria ver se conseguia ainda as adquirir para este ano, e pelo que sabia não eram económicas.-----

-----Relativamente às questões sobre o lixo colocadas pelo Deputado João Castanho respondeu que o Município de Sesimbra tinha neste momento uma dimensão de 2 problemas relativamente à matéria que estava a tentar debelar antes do período mais crítico do Verão, julho e agosto.-----

-----A CMS, neste momento, tinha um conjunto de viaturas, sobretudo aquelas que faziam a recolha dos Monos e dos Verdes que era aquele drama que os serviços sentiam, sobretudo na época alta, quando algumas pessoas com segunda habitação arranjavam os jardins todos e trocavam as mobílias.-----

-----Seriam 6 carros entre gruas, recolha de MOLOKS, lavagem de contentores, que estavam avariados, e 2 já tinham regressado porque se conseguira fazer alguma pressão sobre as empresas. -----

-----A CMS também tinha um problema neste momento ao nível de recursos humanos, porque normalmente havia um reforço de sazonais para esta época, entre casas de banho, limpeza, obras municipais, e que este ano a CMS não fora a tempo de contratar porque tivera que fazer o ajuste financeiro para novas contratações com a revisão orçamental, e portanto, ia ser um ano difícil. -----

Ata nº 14 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Seria pedido um esforço aos trabalhadores que felizmente vinham correspondendo muitas vezes até com prejuízo da sua vida pessoal, com recurso a trabalho extraordinário. Os carros tinham utilização massiva, 24 horas sobre 24 horas, sobretudo as gruas, que era o mais importante, até para ser mais eficiente e mais rápido, e o que estava a acontecer neste momento eram carrinhas de caixa aberta e os próprios homens a carregarem os pesos para cima das carrinhas, o que representava um esforço enorme.

-----O que a CMS queria implementar e que de certa forma já saíra uma primeira imagem gráfica exatamente no dia 5 de junho, Dia Mundial do Ambiente, era alguma sensibilização, porque o município implementava um conjunto de medidas de proximidade, de resposta, para evitar que existisse um aspeto que, do ponto de impacto visual, até do ponto de vista turístico, mas sobretudo para quem vivia no Concelho era horrível e que pudesse ser evitado. Mas era uma questão de consciencialização e a CMS iria continuar a trabalhar sobre a questão.-----

-----Sobre o PRR disse que para qualquer ação, fosse de aquisição, ou de construção com financiamento, de momento era preciso ter o contrato assinado com o IRHU, que era o que a CMS estava à espera até para submeter um conjunto de candidaturas ao PRR no quadro da habitação. O valor de referência eram entre 1500 e 1600 euros, máximo para ser financiável.-----

-----Na zona de Sesimbra, que era aquela que gostaria de conseguir ter mais e não precisava de limitar uma zona de contenção, porque existia uma ARU praticamente em toda a Concha da Vila de Sesimbra, o município já tinha direito de preferência sobre todas as transações imobiliárias que decorressem na Concha da Vila de Sesimbra, mas não conseguia chegar aos valores de mercado que eram transacionados os imóveis.-----

-----Poderia ser um aspeto apetecível para algumas áreas da freguesia do Castelo e /ou Quinta do Conde, mas achava difícil ao preço do mercado de venda na Concha da Vila que era superior a 2000 EUR por metro quadrado. O valor de referência do IHRU até 1600, ficava ainda um bocadinho distante.-----

----- O preço de mercado podia ser atrativo porque garantia também o funcionamento da economia, mas era mau porque se as pessoas de Sesimbra quisessem comprar uma casa, poderiam não ter essa mesma possibilidade. Os preços de mercado no Seixal eram inferiores aos preços de mercado no Concelho de Sesimbra. A CMS poderia fazer a aquisição com financiamento, com contrato promessa de compra e venda. Até um construtor privado que tivesse um lote onde fosse permitido construir um edifício de habitação coletiva, se entender que era um bom negócio, poderia propor à Câmara construir o edifício e vendê-lo diretamente à Câmara, o que não era diferente daquilo que se estava a fazer com a EFIMOVEIS na CotoviaPark, mas ali existia uma vantagem porque o terreno era da Câmara e era a CMS que fixava os

Ata nº 14 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

valores da aquisição que não poderiam ser superiores àqueles, mas poderia acontecer, em vez de estar à espera de vender no mercado comercial, se calhar ganhava mais 20 ou 30000 € e saberia à partida antes de começar a construir, que teria um contrato promessa de compra e venda, e poderia ter um adiantamento até de um montante considerável e que o venderia em condições de habitabilidade e prontas a entregar às respetivas famílias para o mercado de arrendamento, desde que fosse até Junho de 2025. -- -----

-----Relativamente às questões colocadas pelo Deputado Carlos Pólvora, Presidente da Junta de freguesia da Quinta do Conde, respondeu que sobre o Festival da Liberdade existiam 2 dimensões. A primeira relativamente ao espaço do mercado do levante, e tinha de reconhecer que o Município de Sesimbra poderia ou deveria ter antecipadamente comunicado, sendo que a questão de negociação das tasquinhas que ficavam no recinto tinha ocorrido muito próxima da comunicação. O que a CMS poderia ter feito teria sido alertar. -----

-----Disse depois, com o objetivo de clarificar, que no auto de transferência de competências, aquele espaço não estava delegado na Junta de Freguesia. O que estava delegado era a gestão do mercado. Não era a gestão do mercado naquele espaço.-----

----- Se a Junta de Freguesia sugerisse ou propusesse que pudesse ser realizado noutro local, seria apreciado e poderia ser realizado.-----

----- Julgava que um camarada do Presidente da Junta colocara a questão, na reunião de Câmara, sobre o convite para a apresentação do Festival da Liberdade, mas queria esclarecer que a CMS não tinha responsabilidade sobre quem é que a Associação de Municípios convidava, ou não convidava, para estar presente nas respetivas iniciativas. Como o assunto fora colocado na reunião de CMS tivera o cuidado de perguntar à Associação de Municípios, da qual fazia parte, se normalmente convidavam as juntas de freguesia e a resposta fora que esta já era a oitava ou a nona edição e nunca tinham convidado nenhuma junta de freguesia. -----

-----Sobre a Carris Metropolitana, o que poderia dizer era que os circuitos tinham sido definidos em 2018 e não tinha havido qualquer alteração aos mesmos. O caderno de encargos com as linhas e frequências tinham ficado definidas entre o final de 2018 e o início de 2019, portanto, muito longe do atual mandato, e a única novidade que existia na Quinta do Conde de novas linhas não eram mais frequências, mas sim novas linhas, que era a urbana da Quinta do Conde, que na altura fora vista de uma forma rápida e célere, porque era preciso lançar o concurso, e a AML não queria considerar sequer aquela carreira para o concurso, porque era nova e não havia histórico, e fora vista pelo Presidente da Junta à época.-----

Ata nº 14 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

----- No início do presente mandato, uma deputada que, entretanto, pedira a exoneração das funções, questionara se tinha havido uma discussão pública sobre as linhas e as frequências e a resposta fora que não tinha havido. As linhas e as frequências que tinham sido propostas para os 4 lotes tinham sido aferidas face àquilo que eram os critérios definidos na legislação de que tinham de existir carreiras em determinados lugares que tinha um determinado número de população. -----

-----Deu depois o exemplo de que tinha de haver uma carreira entre Sesimbra e o Centrão porque aquela população tinha de ter um serviço público de transporte.-----

-----Portanto essa carreira existia e não fora porque o município entendera, mas sim porque decorria do ponto de vista da legislação do transporte rodoviário de que aquela população tivesse pelo menos uma frequência diária.-----

-----As linhas e frequências tinham sido determinadas por legislação, pela procura do operador anterior dos TST, e pelo estudo feito pela W2go com o transporte privado no Município de Sesimbra. -----

-----Tinha havido um encurtamento na versão final porque o concurso já fora depois da pandemia, com uma redução de 10% face àquilo que era a contratualização prevista inicialmente porque senão já existiria algum valor a colocar pelas câmaras. -----

-----Na sua opinião, o grande trabalho seria dali para a frente, não só naquela linha, como num conjunto de outras linhas do Concelho, e particularmente aquelas que não tinham incidência em outros municípios e eram exclusivamente municipais. O Município de Sesimbra tinha toda a legitimidade neste quadro atual e futuro, de olhar, até porque iria ter acesso aos números, quantos passageiros, quais eram as horas de frequências, se os autocarros vinham vazios, meio cheios, cheios, e o Município teria toda a liberdade, dentro daquilo que eram as viaturas que andavam dentro do município, de alterar as linhas que entendesse dentro dos valores km/ano. Também poderia pagar a mais, se quisesse por valor contratualizado. -----

-----A frequência da urbana da Quinta do Conde estava prevista iniciar no dia 1 de Julho, e era aquela que na sua opinião se poderia protelar até setembro, porque nos meses de Julho e Agosto, sem escolas a funcionar e com muitas pessoas de férias, iria haver uma menor procura, mas o prestador de serviço tinha as chapas todas feitas e iria iniciar no dia 1 de julho. -----

-----A frequência seria de 15, em 15 minutos ou 10 em 10 minutos, e a CMS poderia dizer que a circulação fosse só de 20 e 20, e aí ficava com viaturas km/ano para propor, por exemplo, que a linha Sesimbra, Quinta do Conde, em vez de ter 10 frequências ou 12, passasse a ter 14. -----

-----Sobre o Centro de Saúde da Quinta do Conde, disse que tinha havido o compromisso da Câmara, e também mais uma vez, de ter de avançar para a obra porque senão não avançaria. Recebera informação

Ata nº 14 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

da ARS Lisboa e Vale do Tejo que seria incluído na primeira prioridade do PRR, com valor estimado de 1,5 milhões de euros, com IVA incluído. A Câmara teria de negociar com a ARS porque com a alteração de preços contratuais que estava a ter, a responsabilidade, teria de ficar acometida para o lado de lá, porque senão teria uma série de contentores, também novos, na obra. -----

----- A estimativa que era apresentada pela ARS, e não pela Câmara, era que estaria concluído em 2025.

-----Sobre a Biblioteca da Quinta do Conde esclareceu que estava finalizado o projeto de execução. 50% do seu montante da estimativa de custo estava incluído na candidatura 13, comunidades desfavorecidas para a Quinta do Conde. 50% seria assegurada pelo Município.-----

-----O spot cultura tinha o projeto de execução terminado há cerca de 1 ano e, portanto, a espera que se estava a ter era porque efetivamente o Município queria ir buscar o financiamento para a sua conclusão.

-----O auditório da Quinta do Conde, se tudo corresse bem, seria adjudicado na próxima reunião de Câmara por 1,9 milhões de euros e no último trimestre deste ano estaria no terreno. Tinham aparecido 8 candidatos, com propostas apresentadas, o que era bom porque o Município não estaria pendente de só um.-----

-----Sobre a questão do contentor modular respondeu que estava em processo de aquisição. Acrescentou que não podia deixar de manifestar alguma estranheza pela forma como o assunto tinha sido colocado. Parecia que agora a responsabilidade de não haver médicos de família por causa do contentor era da Câmara Municipal de Sesimbra. Referiu em seguida que se o Presidente da Junta queria resolver rapidamente a questão teria adquirido o contentor. Na sua opinião e apesar de tudo, não sendo o investimento que estava previsto no orçamento, até estava rápido, porque o processo aquisitivo estava concluído e seria colocado nos próximos dias. -----

-----Gostaria de saber 2 coisas, se a CMS iria lá colocar o contentor e existia a garantia de que o médico chegava. Não gostara da forma como o processo fora conduzido e esperava que daí em diante não fosse tratado da mesma forma. O método não era aquele. Poder-se-ia perfeitamente imputar a responsabilidade à ARS e não vir diretamente ao município de Sesimbra. Podia afirmar porque falara com o Diretor do ACES e falara com a Administração Regional de Saúde. -----

-----À partida, considerara-se que o Município de Sesimbra deveria lá colocar o contentor. Não tinha havido nenhum pedido à administração regional de saúde a dizer que se precisava de um médico, e de um contentor. Aliás, se esse pedido fosse feito, pela informação que tinha do diretor do Agrupamento do Centro de Saúde, quer da ARS, era que poderia eventualmente ter sido acedido.-----

-----O contato que tinha havido do ACES fora dizer, que a Câmara ou a Junta iam-se disponibilizar para

Ata nº 14 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

colocar um contentor, quando se devia pedir diretamente à ARS, e se a ARS não tivesse condições, a ARS pedir à Câmara ou pedir à Junta, porque senão amanhã também seria fácil dizer assim: se não existe um centro de saúde e se a ARS não vai participar no centro de saúde a Câmara participa. -----

----- O que pedia era que a prática não fosse aquela. A forma como fora apresentada uma moção na Assembleia de Freguesia da Quinta do Conde, parecia que responsabilizava o município se amanhã houvesse falta de médicos na Quinta do Conde com um histórico de um conjunto de e-mails que começara no mês de abril e estava-se em junho. Todo o executivo camarário sabia que um processo aquisitivo na Câmara Municipal de Sesimbra, em 4 ou 5 meses, era um sucesso porque tinha de tramitar todas as regras e, portanto, fazer daquele assunto alguma consideração política de que poderia depender sobre o município de Sesimbra ou sobre a Câmara Municipal um ónus de não haver um médico contratado porque não se colocara um contentor que nunca chegara a ser pedido à entidade responsável se tinha condições de o colocar ou não, era no mínimo caricato.-----

----- Era verdade que o Presidente da Junta de Freguesia pedira uma reunião ao Presidente da Câmara, e reunira com a Vice-Presidente e sabia que ela se comprometera com o contentor, mas ele dizia que se tivesse sido com ele não se teria comprometido com o contentor antes de perceber junto da ARS se tinha condições para o colocar. -----

-----O processo, na sua opinião, não corria bem, e neste momento o Presidente da Junta de Freguesia estava a colocar uma questão, como se o Município de Sesimbra tivesse responsabilidade. O contentor iria lá estar e esperava que houvesse resposta do ponto de vista dos médicos, porque também queria perceber que se não houvesse médicos, estando lá um contentor, de quem era a responsabilidade, depois de assumir os custos desse mesmo contentor, portanto seria da ARS, da ACES ou da própria Junta de Freguesia. -----

-----Sobre a questão da não existência do médico veterinário municipal, respondeu que existia um médico veterinário municipal que pedira licença sem vencimento. O Município de Sesimbra, como era impossível tramitar um concurso que já estava a decorrer em tempo útil para o substituir, contratara em regime de avença, o médico veterinário que, em colaboração com o médico veterinário de Almada, assumia a responsabilidade. Portanto, o Município de Sesimbra tinha neste momento o médico veterinário a funcionar a tempo inteiro, um concurso a decorrer para mais um médico veterinário que já estava concluído. Acrescentou que a contratação do médico veterinário em regime de avença ainda ocorrera antes da saída de licença sem vencimento da anterior veterinária, portanto, o Município de Sesimbra nunca estivera sem autoridade veterinária em plenitude de funções. -----

-----Relativamente ao (CROAC) e à política de adoção e de retenção, esclareceu que vinha sendo uma

Ata nº 14 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

das principais, diria estratégias, do Município de Sesimbra. Existia um conjunto, sobretudo de voluntários, que estavam associados ao Centro de Recolha Oficial de Animais de Companhia e, portanto, ao Gabinete Médico Veterinário, que faziam aquela tarefa em conjunto com os trabalhadores do Município. -----

-----A responsabilidade veterinária para animais de companhia não significava fazer consultas como se fosse num veterinário particular. A responsabilidade veterinária passava pela vacinação antirrábica e obviamente o resgate animal e toda a continuidade até à sua entrega e o seguimento que fosse conveniente, porque existia também algum caso que poderia ser mais dramático, por muito que lhe custasse dizer, devido às condições dos respetivos animais. O centro de recolha oficial de animais de Sesimbra tinha, felizmente, excelentes condições de última geração, e tinha todas as condições do ponto de vista daquilo que era a responsabilidade do município em termos de proteção animal em matérias legais. O que o Município tinha em Sesimbra e na Quinta do Conde eram polos onde se fazia a vacinação antirrábica, em momentos específicos do ano com vários dias e eram, por norma, às quintas-feiras, porque o normal em qualquer um dos Municípios era ter um centro de recolha oficial de animais único que servia, obviamente, também para aquele efeito e depois tinha a vacinação radica que ia rodando de forma itinerante, pelas várias localidades do Concelho, que era aquilo que também acontecia no de Sesimbra.-

-----O que o Município precisava na Quinta do Conde era projetar no futuro um novo CROAC, porque o problema que existia neste momento não era o exercício das funções veterinárias que eram prestadas do ponto de vista de apoio à população, era, sobretudo, na recolha e todo o tratamento de recolha, esterilização, entrega e adoção do animal. O existente já estava no limite da sua capacidade. -----

-----O Município tinha um protocolo com duas entidades, uma do Concelho e outra fora do Concelho para fazer a recolha com monitorização. Com uma das entidades, era público que não funcionava da melhor forma também na relação entre o Município com responsabilidades veterinárias e a própria entidade. Era um assunto que o Município tinha de aprofundar. -----

-----Na Quinta do Conde seria necessário projetar um futuro novo CROAC que daria resposta e duplicar praticamente aquilo que já existia. -----

----- De momento, o Município, em termos de capacidade de médico veterinário, tinha maior resposta do que tinha com a médica veterinária anterior. -----

-----Sobre a questão do Cabo Espichel, informou que de momento o que estava em cima da mesa e até pelo contato que quer o Município, quer o Turismo de Portugal, tinham feito com promitentes promotores do espaço, era a possibilidade de lançar um novo concurso de concessão do Espichel. Portanto, o momento também era diferente daquele que fora lançado. -----

Ata nº 14 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Do conjunto de promotores que tinham sido abordados, e através de uma apreciação normal sobre o programa de concurso, caderno de encargos e a possibilidade de ir a jogo na concessão, tinham levantado uma matéria, e que era quase unânime, que tinha a ver com 3 dimensões: -----

----- A 1ª era que do ponto de vista da DGPC, não existia a possibilidade de se colocar lá uma quantidade significativa de quartos. -----

-----A 2ª era que não existia a possibilidade de ter uma âncora que segundo a maioria dos promotores seria essencial para aquele espaço, que era um conceito mais de spa, com algumas piscinas, mesmo que interiores, e neste momento estava a ser estudada a possibilidade de utilização de algumas daquelas edificações para ter uma área de Spa, que não era pacífico de momento com a DGPC; -----

-----A 3ª e última dimensão, era que uma larga maioria dos promotores entendia que a âncora, ou melhor, à falta de uma âncora ligada, sobretudo a um conceito spa, o espaço em si poderia ser utilizado num conceito de eventos *corporating*, onde, na opinião dos promotores, seria fundamental ter alguma estabilidade no uso do terreno que era propriedade da Igreja. -----

-----Uma das peças do concurso que existiu era o regulamento do uso do terreiro do Cabo Espichel, que de certa forma estava muito fechado à possibilidade de diversos usos, a não ser numa vertente religiosa, e se não fosse numa vertente religiosa, ficava sujeito à subjetividade da apreciação da diocese de Setúbal, através da Confraria e, portanto, a reunião com a Diocese e com a Confraria fora no sentido de perceber se existiriam condições, sabendo que os outros eram passos mais difíceis, mas neste que fora transversalmente colocado por todos os promotores, com quem formalmente a CMS e o Turismo tinham contactado, se existiria margem de abertura para que se pudesse objetivar melhor o regulamento e ele fosse mais previsível sobre aquilo que podia ou não acontecer e, sobretudo, ficando no regulamento, quais seriam efetivamente as datas em que não podiam acontecer atividades. -----

----- Para os promotores, isso era fundamental para poderem, eventualmente, olhar para a operação. A expectativa era que ainda durante o corrente ano, se pudesse lançar o novo REVIVE. -----

-----Prosseguindo a sua intervenção, informou, relativamente ao arrendamento da Farmácia Lopes, que o senhorio da Farmácia Lopes era também senhorio da Capela do Espírito Santo dos Mareantes, que era a Associação dos Socorros Mútuos.-----

-----O Município tinha um contrato de arrendamento para a Capela de Espírito Santo dos Mareantes já de há longos anos. Obviamente tinha um investimento brutal feito de reabilitação de um espaço que estava de certa forma devoluto e a cair, portanto, quase em ruína. -----

-----Tinha havido a saída da Farmácia Lopes do espaço que era arrendado e tinha sido colocado em

Ata nº 14 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

cima da mesa, até porque o Município tinha um espólio porque o que estava por baixo da Capela do Espírito Santo, era um antigo hospital que poderia ter ligação direta também à cave da farmácia, portanto existia um espólio grande, e parte dele, nomeadamente equipamentos ligados à farmacêutica, fora doado pela Família Lopes, que na opinião técnica, mereceria estar em conjunto com o hospital medieval, utilizando o espaço da Farmácia Lopes. -----

-----Portanto, de momento, era uma questão só de valores porque o Município achava que era excessivo o valor pedido pela Associação de Socorros Mútuos, e esta, por sua vez, achava que era excessivamente reduzido, o montante que o Município de Sesimbra entendia, para aquele arrendamento.

-----Estava também em cima da mesa a possibilidade de atualização do arrendamento da Capela do Espírito Santo, que o Município, de certa forma, não acompanhava. -----

-----A CMS pagava 500 EUR de arrendamento, da Capela do Espírito Santo dos Mareantes, mas o investimento que fora lá feito pelo Município de Sesimbra fora de tal ordem que diria que o Município precisaria de quase 40 ou 50 anos de concessão, como no Cabo Espichel, para poder recuperar o investimento realizado, sendo obviamente um edifício com interesse público, não só o local, como também regional e nacional. -----

-----Continuando os esclarecimentos disse, sobre a questão do ponto de situação dos refugiados, que de momento, o processo estava a decorrer com toda a normalidade. Existia um conjunto de alunos integrados nas escolas. Existiam dificuldades no arrendamento de casas, sobretudo aqueles que tinham ficado alojados em famílias de acolhimento que não era indissociável, por um lado, dos preços de mercado conhecidos, face aos valores previstos no programa que julgava fosse o “porta aberta” da administração central para apoiar refugiados. Existia alguma resistência de proprietários privados e que a Câmara vinha acompanhando no arrendamento, até por valores que seriam suportáveis pelos próprios, pelas próprias famílias, mas o processo seguia normalmente. O acompanhamento era feito, como já fora explicado na AMS, em articulação com as entidades regionais e nacionais. -----

-----Sobre a ausência de resposta a um pedido de 3 de Março da Deputada Madalena Serra, disse que não se recordava qual era o pedido e iria ver nos serviços o que é que se passava para tentar responder.

-----Sobre a CPCJ respondeu que não conseguia dar uma resposta. -----

-----Disse que há 1 ano e meio tinha havido algum desaguado de articulação processual de um lado para o outro entre o Ministério Público e a CPCJ de Sesimbra, por um processo que também fora público no Concelho de Sesimbra, e que levava a uma intervenção do Procurador-Geral Adjunto responsável pela



Assembleia Municipal de Sesimbra

Comarca de Setúbal, num conjunto de reuniões que tivera com a CMS e com a CPCJ e tinham sido limadas algumas arestas do ponto de vista do funcionamento. -----

----- Na altura a CPCJ referira que a CMS não dava condições e que não tinha computadores e não havia transportes. Ele próprio já estava na CMS há 3 anos e não tinha recebido qualquer pedido da CPCJ, nem tinha tido nenhuma sinalização.-----

-----Depois das situações eventualmente começava-se a procurar alguma caça às bruxas. Infelizmente, com o caso divulgado recentemente na comunicação social, que era dramática para todos, devia envergonhar a sociedade, e perceber o que eram as respostas da CPCJ e de outras entidades e verificando-se que claramente tinha havido uma falha de todos, tentava-se passar responsabilidades. -----

-----Sesimbra tivera uma situação, mas não com aquela dimensão. Tinha havido um alerta e um reforço até de meios humanos na CPCJ, um reforço de meios tecnológicos e passara a haver uma melhor articulação que fora indicada sobretudo pelo Ministério Público com algum desagrado ao funcionamento da CPCJ de Sesimbra.-----

-----Mas não tinha os números e poderia pedir. A Câmara recebia relatórios com alguma regularidade, mas não todos os dias. Se o pedido pudesse ser por escrito facilitava. -----

-----No que respeitava à questão sobre a Lagoa de Albufeira disse que não tinha nenhuma resposta para já por parte da Agência Portuguesa do Ambiente ou do Ministério do Ambiente sobre a matéria, e não tinha havido qualquer interação depois do envio da Moção às entidades assinaladas. -----

-----Sobre o Aterro do Zambujal, o único ponto de situação que poderia dar fora a resposta, que tinha uma ou duas 2 semanas, da CCDR a mais um pedido de informação da Câmara de Sesimbra, de que ainda não estava terminado o relatório de análise face àquilo que estava depositado em aterro, reafirmando que enviaria para a Câmara assim que tivesse esse mesmo relatório e os prazos previstos para alguma intervenção. -----

-----Relativamente ao ensino secundário da Quinta do Conde, estava num vazio completo. A CMS ainda estava à espera de uma reunião com o Secretário de Estado da Educação há 1 ano e meio, para ser feito um protocolo para o projeto de ampliação de Michel Giacometti, porque o Município de Sesimbra dissera que estava disponível para fazer e colaborar. -----

----- Sobre a saúde em Sesimbra, disse que de momento existia uma situação que o preocupava mais que dizia respeito à Unidade de Saúde Sesimbra. -----

-----A ARS cortara por completo todas necessidades e pequenas intervenções e alterações à unidade de Saúde de Sesimbra. Dissera que não validava nenhuma das propostas do ACES. Ficara extremamente

Ata nº 14 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

preocupado quando da parte do ACES lhe fora colocada a questão de que veriam com muita dificuldade, com a implementação da unidade de saúde familiar, que era aquilo que se perspectivava também na nova unidade de saúde de Sesimbra, haver condições para ter um atendimento complementar. Aquilo significava que era verdade que era um ganho de eficácia e de eficiência, como se poderia constatar na freguesia do Castelo, apesar de existir um conjunto de utentes, de certa forma, residuais, que poderiam ser absorvidos pela unidade de saúde familiar de Sesimbra, porque tinha margem para os absorver, apesar de os números que lhe tinham sido apresentados pelo ACES indicarem que estavam 9000 inscritos para a unidade de saúde familiar de Sesimbra, o que contrastava com os 4500 habitantes ou 4900 habitantes da Freguesia de Santiago, o que significava que existia muita gente da freguesia que se transferira para a Freguesia do Castelo ou fora da Freguesia do Castelo, que ainda mantinha a sua inscrição e intenção de se manter em Sesimbra.-----

-----Tal como na Quinta do Conde, existiam muitos utentes que não estavam registados na Quinta do Conde mas sim nos serviços de origem porque se somasse todos aqueles que estavam inscritos nas unidades de saúde fora da Quinta do Conde, seriam mais 5000 utentes, garantidamente.-----

----- Atualmente existia um atendimento complementar, como se sabia, com recurso a tarefeiros até às 21h00 e aberto aos sábados e domingos, e provavelmente passaria a não ter sábados e domingos. ---

----- Era bom, que todos tivessem essa perceção, porque seria uma luta dura pela frente.-----

----- O Município de Sesimbra estava a assumir uma responsabilidade de uma obra com todas as condições para ter uma unidade de saúde familiar, um atendimento complementar. Que aumentara em 40% a área útil que estava prevista, apesar de economicamente ser mais vantajosa do ponto de vista da execução da obra. Que iria ter uma comparticipação de 1.000.000 de euros da ARS e meio milhão de financiamento de Lisboa, 2020, para uma obra que ia custar 2,8 milhões e ficaria a faltar 1,3 milhões de euros.-- -----

-----O Município estava a assumir fazer a obra na Quinta do Conde, sem garantias ainda, e se houvesse alterações de preço que garantidamente iria haver, perguntava se o estado da saúde se iria manter daquela forma. - -----

-----Estava a falar de um conjunto de soluções que se juntasse as escolas e outras situações que tais, que eram prioridades que o município assumia com franqueza, e a CMS continuava a ter os seus trabalhadores em instalações precárias. Resolvía os problemas que não eram responsabilidade do município, mas que ajudavam a população. Substituía-se àqueles que tinham responsabilidade em resolvê-los, e não tinha a capacidade de conseguir resolver os seus e era bom que aquilo ficasse registado. -----

Ata nº 14 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

----- Interveio depois o Vereador Miguel Fernandes que sobre a observação do Deputado Carlos Macedo quanto à relevância ou não das atividades relatadas, respondeu que o relatório servia para relatar as atividades do Município. Ele colocara no relatório especificamente a atividade que referira porque fora convidado na qualidade de vereador a participar nessa atividade na qual, para além de participar, também estivera na entrega de prémios, e por isso considerara colocar no relatório. -----

----- Pelo menos tivera a função de mais uma vez servir ao Deputado para intervir com a linguagem populista, já tinha sido o Partido da Câmara, o Banco dos 35 assessores, e agora eram os vereadores do desporto e das festas. Ficava ansioso por mais uma intervenção em próxima Assembleia. -----

-----Relativamente à questão da Deputada Luísa Carvalho sobre os eventos no âmbito das *Smart Cities*, explicou que fora um roadshow da Google que servia, por um lado, para apresentar as soluções numa tipificação mais da oferta de serviços soluções *Cloud* da Google, porque o Município tinha soluções *Cloud*, mas de outro produtor. Também tinha mesas redondas relativamente a boas práticas. -----

-----Fora um roadshow que estivera em 4 cidades, ele estivera presente em 2 delas, inicialmente em Famalicão, porque na sua agenda, naquele momento era a única em que poderia estar presente e gostaria de estar presente inclusivamente por um dos oradores que era o Doutor Vítor Moreira, que era o diretor municipal da Smart City em Famalicão e que era uma das pessoas mais reputadas no âmbito do que era a visão estratégica, sobre uma cidade sustentável, uma comunidade sustentável, e depois, por impossibilidade de agenda, não conseguira estar presente também em CASCAIS, onde um dos participantes fora o Vice-Presidente da Câmara Municipal de Cascais, Miguel Pinto Luz, que também era uma das pessoas com maior autoridade no âmbito das Smart Cities. -----

----- Para além daquilo que tinham sido as soluções em termos de respostas digitais e da oferta de serviços, o que para ele tinha sido mais relevante fora ver como é que era do ponto de vista de pensamento estratégico a implementação em 2 cidades que eram autoridades ou eram reconhecidas, nacional e internacionalmente como Smart Cities. Qual era a visão estratégica dessa implementação, e uma das coisas que trazia desse roadshow e que já tivera a oportunidade de também começar a desenvolver, inclusivamente com o Presidente da Câmara, que tutela a modernização administrativa na autarquia, era que, de momento se estava numa situação em que a oferta de soluções digitais era extremamente atrativa e crescente e, portanto, corria-se o risco de cair numa gula de aquisição digital, se não fosse estabelecido, de forma muito concreta, o que é que se pretendia enquanto autarquia, e qual é que era a visão que queria ter em termos de sustentabilidade e em termos de interação com o município. -----

-----Mais do que nunca, a digitalização era uma realidade que iria acontecer e acontecer antes de mais

Ata nº 14 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

por força do próprio mercado e também da mudança da cultura e das novas gerações. -----

----- E, portanto, para a autarquia, e também atendendo àquilo que era o peso e a exigência orçamental, que tinha aquele tipo de investimentos, era fundamental definir 2 coisas: que modelo é que se queria de autarquia e de município. Que modelo se queria de comunidade sustentável. -----

-----Cada vez mais se falava, não de Smart Cities, mas sim de cidades sustentáveis, e depois o que é que se queria oferecer, ou seja, a CMS definiria em concreto para que lado é que queria caminhar. -----

-----O Município de Sesimbra não era um município totalmente alheio àquele conceito. Vinha tendo ao longo da última década já uma série de investimentos. Existia investimento, mas existia neste momento ainda um défice de interação em termos do que era a recolha de dados. O Município recolhia muitos dados nas plataformas digitais, nas plataformas informáticas que tinha, existia uma crescente digitalização, mas ainda não eram aproveitados e ainda não eram integrados de forma eficiente, primeiro que tudo, porque a CMS ainda não tinha definido que modelo de cidade sustentável, e que modelo de comunidade sustentável é que tinha. -----

-----Estava de momento em processo de revisão do PDM que enquanto documento estratégico, também devia integrar o que era a visão, do ponto de vista da sustentabilidade. -----

-----Naquele âmbito, enquanto tutelar da política do Gabinete de Tecnologias e Sistemas de Informação, e o Presidente da CMS, estavam a trabalhar no sentido de desenvolver um *framework* de modelo de cidade sustentável que se pretendia e, sobretudo na fase inicial, fazer um diagnóstico de situação de o que é que já estava implementado, o que é que se podia otimizar e potenciar o que já estava implementado na autarquia, e à luz também do que iria ser o processo de revisão do PDM, definir também que tipos de investimentos seriam estruturantes daquele ponto de vista. -----

-----Sesimbra tinha uma realidade territorial e climática que oferecia oportunidades interessantes do ponto de vista das comunidades energéticas, do ponto de vista de trabalhar soluções de mobilidade suave, integrada e, portanto, de momento era isso que trazia, sobretudo, não a visão de trazer ideias de investimento de topo, de inovação tecnológica, mas sobretudo de sistematizar e saber definir muito bem aquilo que a autarquia queria. -----

-----Respondendo depois à Deputada Cláudia Mata relativamente à CPCJ, no âmbito das necessidades de material informático, disse que não tinha conhecimento de qualquer pedido, o que não seria caso único. Aliás, até recentemente, no mês passado, fizera uma informação a todos os serviços, no sentido de formalizarem os pedidos de otimização dos seus postos de trabalho informáticos e os problemas de redes que tivessem porque as informações que tinha, sobretudo em termos informais, era que a Autarquia tinha

Ata nº 14 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

uma realidade, do ponto de vista do parque informático e segundo dados de Fevereiro, portanto, antes sequer da descentralização de competências e de integração das escolas, em que a CMS tinha identificado 544 postos de trabalho, ou seja, computadores, fosse portáteis, fosse estações de trabalho fixas, em que, e tendo como ponto de referência de standard da qualidade, um dispositivo com um processador inferior ao equivalente a um Intel I3. Dos 544, 246 com um processador inferior, portanto com um processador que poderia não corresponder às exigências atuais do sistema informático. -----

-----Era uma matéria falada em sede de executivo, ou seja, a necessidade de atualizar o parque informático, e a necessidade de mais postos de trabalho e integrar mais trabalhadores. -----

-----Não só pela existência dos computadores que não correspondiam já àquilo que eram as exigências atuais, mas porque as exigências em termos de digitalização dos serviços e, portanto, a sobrecarga sobre as estações de trabalho iria ser crescente. -----

-----Assim como o investimento que a autarquia estava a fazer, por exemplo, em aplicações como a descentralização de processos urbanísticos, a crescente oferta de serviços por parte da Câmara e ainda a descentralização de competências.-----

-----Assim como outros pontos de potencial grande investimento nos próximos anos como as infraestruturas digitais que também assistiam a um preço crescente derivado da realidade da guerra e da realidade geoestratégica. -----

-----Retomando novamente o uso da palavra, o Presidente da CMS disse que na intervenção anterior se esqueceram de uma questão colocada pelo Deputado Carlos Macedo sobre a revisão do PDM informando que acabara de remeter à AMS a apresentação integral.-----

-----Não era a CMS que presidia à Comissão Consultiva. O Município de Sesimbra, de acordo com a Lei tinha de ter toda a cartografia, proposta de regulamento, etc., mas a Presidência da Comissão Consultiva era da CCDR que presidira na primeira e única reunião. O representante da CMS era um técnico na Comissão Consultiva. Ficava altamente desagradado com o facto da data proposta para emissão dos pareceres das entidades ser 16/01/2023. -----

-----Na altura vira com o Gabinete Jurídico e havia alguma apreensão sobre a disponibilização da informação total aos Deputados e Deputadas da AMS. Mas iria aferir com a própria CCDR. -----

----- Todos os elementos obrigatórios, os elementos fundamentais, e os elementos complementares tinham sido enviados em pastas à CCDR, e fora a CCDR que fizera a distribuição enquanto entidade que presidia à Comissão Consultiva pelos restantes membros da Comissão, entre os quais, o Presidente da Assembleia Municipal que tinha acesso à pasta, que tinha toda a documentação.-----

Ata nº 14 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Iria perguntar se existia algum impedimento de que pudesse ser distribuída por todos os elementos da Assembleia Municipal. Aproveitou para informar que a pasta também não tinha sido distribuída pelos elementos da Câmara. -----

-----Não era preciso ser muito explícito nas questões, mas existiam matérias, sobretudo que diziam respeito à cartografia do ordenamento, que eram demasiado sensíveis para ser expostas porque poderiam levar à criação de expectativas ou levar à apreciação de falsas expectativas e, portanto, nas mãos erradas, poderia ter complexidades que era existirem negócios jurídicos sobre parcelas de terreno que, eventualmente hoje tinham capacidade construtiva e amanhã não tinham, ou que amanhã poderiam vir a ter alguma capacidade construtiva e hoje não tinha nenhum. -----

-----Aquelas tinham sido as reservas que lhe tinham sido colocadas à época pelos juristas da CMS, mas pronto, achava que era uma matéria que devia ser vista, assim como não sabia se o Presidente da Assembleia poderia divulgar pelos Deputados ou não.-----

-----Entretanto, aquilo que era uma questão macro, e não tinha a planta de ordenamento, já remetera para o email da Assembleia, que no fundo era um resumo de tudo. Faltava alguma cartografia, de certa forma, e faltava a Carta de Ordenamento de Classificação do Solo, que era aquela que era a mais complexa.

-----Interveio depois o **Vereador Marcio Souza** que após cumprimentar todos os presentes, respondeu ao Deputado Carlos Macedo dizendo que para todos os eventos festivos em Sesimbra era elaborado um plano de segurança. Na página 18 do Relatório constava o número efetivo de pessoas suportado pelo recinto. -----

-----**O Presidente da AMS** referiu em seguida que a AMS ficaria a aguardar o resultado da decisão para divulgar por todos os Deputados a matéria relativamente à Revisão do PDM. -----

-----**O Presidente da Junta de Freguesia da Quinta do Conde**, dirigindo-se ao Presidente da CMS disse que respeitando a sua opinião e considerando sobre o contentor, pessoalmente não os podia acompanhar, mas surgira uma situação nova que o preocupava. Parecia-lhe ter ouvido o Presidente ter dito que já estava em execução e que de um momento para o outro o contentor podia ser colocado, e a preocupação era que a situação deveria ser articulada porque antes do contentor ser lá posto, existia trabalho a fazer pela Junta, que no fundo era a abertura de uma parede. Por isso pedia que fosse dado conhecimento à Junta de Freguesia alguns dias antes da colocação do conteúdo.-----

-----Interveio depois o **Deputado Carlos Macedo** que relativamente à questão do PDM, disse que quando se realizara a reunião em que fora apresentado o documento que estava em fase terminal, fora dito à AMS que depois de ser apresentado no Conselho Consultivo, seria entregue à AMS, daí o seu pedido.

Ata nº 14 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Fora esse o seu entendimento, não sabia se dos outros Deputados que tinham estado presentes.

----- Relativamente à questão do Vereador Márcio Souza, ele não colocara em causa a existência do plano de segurança, só pedira para consultar no sentido de se averiguar a questão da carga para aquela área mediante aquilo que acontecera, nomeadamente no concerto de 30 de abril e aquilo que, apesar de se ter verificado a carga, a verdade era que se decidira não medir pelas razões explicadas pelo Presidente a CMS.- -----

-----Relativamente à intervenção do Vereador Miguel Fernandes disse que relativamente ao levantamento da questão disse que sabia o que era uma agenda, se calhar tinha a ver entendimentos de semântica, porque apesar de gostar do patrocínio do Vereador ao seu cardápio de intervenções, a questão tivera a ver com o facto de lá estar escrito a participação na prova da Aqua Race, e para ele, participação era ter participado efetivamente. O facto de estar em representação da Câmara num qualquer evento e constar da agenda fazia-lhe sentido. A participação no evento propriamente dito, na sua opinião não acrescentava nada demais daí ter falado também da participação do Vereador Márcio enquanto assistente.

-----Interveio em seguida o **Deputado Pedro Mesquita** que após cumprimentar todos os presentes quis fazer um ponto de situação porque os trabalhos tinham começado às 21h15, era 00h30, e não lhe parecia que terminasse em breve. A reunião fora convocada para um dia de semana.-----

-----Recomendava que os deputados limitassem os tempos de intervenção de modo a terminar a reunião o mais breve possível.-----

----- Usou depois da palavra o **Deputado Paulo Caetano** que após cumprimentar todos os presentes e quem assistia à reunião a partir de casa, disse que a sua questão já tinha sido colocada por escrito e prendia-se com uma alteração de circulação de trânsito na zona da Corredoura, numa Travessa do Casalão, e chegara ao seu conhecimento que a situação que se criara com aquela alteração de trânsito, para além de se ter tornado perigosa, em termos de circulação na via, trouxera aos moradores da via, problemas de acesso às suas próprias habitações que eram absolutamente incontornáveis e que ele próprio já comprovara.-----

-----Oferecera-se para tentar esclarecer a situação e endereçara por escrito a 30 de maio, ao Presidente da AMS, que julgava teria endereçado as suas questões ao Presidente da CMS, mas até ao momento não recebera qualquer resposta. No caso dele eram 3 semanas a aguardar, mas os munícipes tinham colocado a situação em janeiro, em abril, e em maio.-----

-----No seu pedido eram colocadas as seguintes questões:-----

-----1. Na decisão de alterar o trânsito nesta (e em qualquer outra) via, os respetivos moradores foram

Ata nº 14 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

contactados diretamente ou apenas foram informados através de Comunicado?-----

-----2. O Comunicado distribuído referia que era uma situação experimental. Em que momento seria feita uma reapreciação da situação, já que era experimental e, eventualmente, revertida a decisão de alteração na circulação do trânsito? -----

-----3. Face aos pedidos de resolução da situação já enviados pelos moradores à CMS, em três ocasiões, para quando se previa que seja dada a devida resposta?-----

-----Terminou a sua intervenção dizendo que havia uma responsabilidade do Município em responder aos moradores tanto mais que relatavam a perigosidade da situação, pelo que perguntava quando é seria prestada a resposta.-----

-----Falou depois o **Deputado Rui João Rodrigues** que se referindo à questão abordada pelo Presidente da CMS sobre a construção naval e a reparação em ferro, no Porto de abrigo de Sesimbra, perguntou se aquela situação não obrigava a um estudo de impacto ambiental na zona, porque Sesimbra já tinha a experiência da construção naval em ferro no mesmo local e as coisas, do ponto de vista ambiental, não tinham corrido muito bem.-----

-----Pedi em seguida que o Presidente da CMS fizesse um balanço, como é que corra a Feira Festa da Quinta do Conde durante este ano e qual é que tinha sido o investimento que a CMS fizera na mesma.

-----Interveio depois o **Deputado Pedro Mendes** que perguntou em que ponto estava a situação do parque de campismo do Forte do Cavalo, que era uma infraestrutura que ainda se encontrava encerrada.

-----Falou em seguida o **Deputado Ricardo Mendes** que após apresentar cumprimentos disse que em novembro, ele próprio e a Deputada Cláudia Mata, tinham falado sobre a questão da contabilização dos tempos através de um cronómetro, e recordava que o Presidente da AMS respondera que iria falar com o gabinete de tecnologias para ver de que forma é que poderia ser feita a agilização dos tempos. Já se tinham passado 8 meses e gostaria de saber em que ponto de situação estava.-----

-----O **Presidente da AMS** respondeu que estava a trabalhar juntamente com o Vereador Miguel Fernandes nesse sentido. Já tinha sido adquirido um ecrã que iria fazer de suporte para a dita cronometragem, pelo que provavelmente na sessão ordinária de setembro estaria a funcionar a título experimental. -----

-----Interveio em seguida o **Substituto da Presidente da Junta de Freguesia do Castelo, o Tesoureiro Ricardo Dias**, que disse que sobre a Freguesia do Castelo, só se falara da Lagoa de Albufeira e ele estava na sessão para defender a Freguesia do Castelo, que muitas vezes e com os habitantes que tinha, estava a ser



Assembleia Municipal de Sesimbra

esquecida nalgumas situações. -----

----- Era o quarto mandato que estava na Junta de Freguesia do Castelo, e na AMS chegavam pessoas a uma hora e outras noutra hora. Não via aquela situação nas assembleias de freguesia, pelo menos na do Castelo, que pelo que sabia era a Assembleia de Freguesia que funcionava melhor e os deputados da AMS deviam assistir a uma para verem como é que as coisas funcionavam e para, pelo menos, se perceberem como é que as pessoas se respeitavam. -----

----- Na AMS falavam que não tinham forma de ver os tempos, mas se calhar nem tinham um relógio para saberem quando deviam entrar e sair e respeitar os outros. Ele próprio no dia seguinte tinha de estar às 7:30 no trabalho, e estava-se a perder tempo com coisas com as quais não se devia perder tempo. ----

----- **A Deputada Cláudia Mata** pediu desculpa porque efetivamente chegara atrasada, mas trabalhava em Lisboa e saíra às 20h00 e como tal não conseguira estar na reunião às 21h00. Acrescentou que entrava ao trabalho às 09h00. -----

----- Tomou depois o uso da palavra o Presidente da CMS que relativamente à questão colocada pelo Deputado Carlos Macedo, disse que podia estar enganado e não queria incorrer em erro, mas não se recordava de na questão do PDM ter sido referido o afirmado pelo Deputado. Tinha ideia que depois seria enviado o PDF com toda a informação, com exceção da Carta de Ordenamento. O que voltava a dizer, era que se fosse possível, não via inconveniente nenhum. -----

----- Ressalvava que tinha de haver muito cuidado porque já tinha havido situações que tinham a ver com documentos reservados, e aqueles garantidamente eram documentos altamente reservados, que, se fosse possível a distribuição, cada um teria de ter uma responsabilidade grande sobre o uso que lhe faria.

----- Sobre o exposto pelo Deputado Paulo Caetano disse que tinha de ver onde estava o processo, e a única coisa que poderia dizer relativamente à matéria era que normalmente, em 90% para não dizer 100% das ocasiões em que era feito um regime experimental da alteração ao trânsito, era sob proposta de alguns residentes e não estava a dizer dos residentes, de alguns residentes. Muito raramente era por iniciativa da Câmara Municipal, até porque não era a Câmara Municipal que lá passava diariamente. -----

----- Achava que tinha havido alguma resposta, mas se não houvera, tinha de assumir dizendo que estava em análise. O que era pedido por alguns dos residentes, para além da questão da condicionante de entrada na propriedade, que era o principal problema, era que aquela rua passasse a ser exclusiva para moradores, e aquele era o tema fulcral na matéria. -----

----- Reverter a situação para o que estava anteriormente e alterar o sentido de trânsito era uma coisa mas a rua ser transformada em arruamento só para os moradores, ele próprio tinha algumas reservas

Ata nº 14 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

politicamente, porque a CMS iria abrir um precedente para um conjunto de arruamentos no Concelho, e teria de ponderar muito seriamente, e bastava conhecer sobretudo a freguesia do Castelo para perceber a dimensão desse mesmo problema.-----

-----Parecia-lhe que poderia ser fácil a reversão ou eventualmente a apreciação do sentido contrário, mas o mais fácil seria a reversão do sentido experimental. Queriam debelar o problema, que era existira muito trânsito no arruamento, pelo menos por passarem 2 carros, e tentar transformá-lo num arruamento só para moradores e isso seria difícil.-----

-----Garantidamente iria perceber onde é que estava o processo e tentar rapidamente o que parecia mais fácil, que era reverter o sentido experimental.-----

-----Acrescentou que todas as alterações ao trânsito, mesmo em sentido experimental, eram aprovadas pela Câmara. Tinha ideia que aquela situação fora no mandato anterior.-----

-----Sobre a questão levantada pelo Deputado Rui João, disse que não falara em construções em ferro, mas sim que a empresa tinha a intenção, e ainda bem, de poder considerar a possibilidade de criar uma estação de tratamento de águas residuais para aquilo que eram os resíduos e as águas residuais do tratamento e da operação, e que não era em ferro, mas sim ferro e madeira, que já se fazia há uma série de anos.-----

-----Tinha havido uma operação que era antiga, que era conhecida, a NAVI Gomes, se a memória não lhe falhava, que era só exclusivamente em ferro. Fora uma empresa que falira e as complicações eram conhecidas, mas ainda há pouco tempo, até na transição de acionistas e proprietários da empresa ESTANAVAL, a construção de 2 plataformas para Lisboa, e fora uma das coisas que levava a empresa a ficar com o próprio estaleiro, porque era ela que tinha adjudicado a obra ao anterior proprietário da ESTANAVAL,-----

-----A informação que tinha era que a empresa tinha credibilidade, vinha funcionando bem, tinha feito melhorias nas condições de trabalho, na relação que tinha com os armadores, e também percebera que sendo uma empresa com uma dinâmica muito maior do que as anteriores, tinha uma relação muito pessoal com os pescadores e os armadores, de rapidez. Hoje era tudo faturado, quantificado, orçamentado, e também tinha havido dificuldade em algumas relações, mas a informação que era extremamente positiva até da própria APSS do bom funcionamento da ESTANAVAL.-----

-----Sobre a questão da Feira Festa disse que não tinha havido, pelo menos da parte da Câmara, algum balanço. Estava prevista a realização de uma reunião no início de julho sobre também algumas festividades do Concelho, nomeadamente na Vila de Sesimbra no Verão, onde se poderia abordar aquela matéria, mas

Ata nº 14 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

aparentemente achava que tinha corrido bem, e que fora das melhores, senão mesmo a melhor edição, na sua opinião, e também fora aquela que tivera maior investimento, diretamente, sem contar com custos indiretos, que eram as horas extraordinárias. Tinham sido quantificados mais de 150.000 EUR de investimento, mas também não sabia qual fora a receita. -----

-----Sobre a questão levantada pelo Deputado Pedro Mendes relativamente ao Parque de Campismo do Forte do Cavalo respondeu que tinha uma informação de hoje dos serviços da análise que tinham feito, de que o Parque continuava em obras estruturais nomeadamente a rede de águas, eletricidade, estacionamento, e não ia haver condições para abrir este ano, infelizmente. -----

----- Estava a falar de obras de infraestruturas e ainda existiam obras do ponto de vista de edificações que eram precisas, e portanto, era de todo impossível abrir este ano. -----

-----Quanto às questões que o Deputado Ricardo Dias colocara sobre a Freguesia do Castelo, respondeu que faria todo o gosto de responder se lhe perguntassem sobre os investimentos na Freguesia do Castelo. As perguntas teriam de ser feitas. -----

----- Informou depois que dera instruções para os serviços articularem com a Junta de Freguesia da Quinta do Conde, a entrega do contentor. -----

-----Não havendo mais nada a tratar, a **Deputada Paula Rodrigues** solicitou a dispensa da leitura da ata em minuta da presente reunião, que aqui se dá como inteiramente reproduzida para todos os devidos e legais efeitos, tendo a mesma sido considerada aprovada, por unanimidade, procedendo-se à respetiva assinatura. -----

-----Seguidamente, o Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a sessão eram zero horas e cinquenta minutos do dia vinte e quatro de junho de dois mil e vinte e dois. -----

-----Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata que após aprovação vai ser assinada pelo Presidente e por quem a lavrou. -----